

**13 a 15
Abril
2017**



CLIP PING

TJ
ES

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

Ataque cibernético mundial afeta atividade de sites capixabas nesta sexta-feira

O ataque atinge computadores, exibindo uma mensagem na tela que passa a exigir o pagamento de um resgate para que o quadro seja revertido

O ataque cibernético praticado por hackers de todo o mundo nesta sexta-feira (12) afetou a atividade de sites capixabas. O ataque atinge computadores, exibindo uma mensagem na tela que passa a exigir o pagamento de um resgate para que o quadro seja revertido.

A Prefeitura Municipal de Vila Velha (PMVV) informou que, devido aos ataques, decidiu, de forma preventiva, desativar temporariamente seus sistemas. O Ministério Público do Espírito Santo (MPES) também adotou a medida de segurança. Por volta das 16h30, o MPES desativou temporariamente a internet, o que ocasionou na saída do site do ar. A assessoria de comunicação informou que a intranet segue funcionando, mas com limitações. O MPES disse ainda que várias instituições foram atacadas no chamado Ataque Cibernético mundial e, por conta disso, foi adotado esse procedimento.

Também adotando uma medida de segurança, o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES) disse que desativou o site por volta das 17h desta sexta-feira (12). A medida, tomada por conta dos ataques de hackers, tem caráter preventivo e temporário. Segundo o TJES, a ação não prejudica o andamento de processos, pois foi tomada já no fim do expediente.

INSS

O INSS informou que também suspendeu serviços nas agências nesta sexta-feira, após indícios de cyber ataques na rede mundial de computadores. O instituto não deu detalhes do que aconteceu. Ataques simultâneos estão sendo registrados em outros países, como Espanha e Portugal. Em nota, o INSS informou que os atendimentos prejudicados serão reagendados e terão preferência.

Caixa

A Caixa Econômica Federal (CEF) disse que não registrou problemas em seus sistemas, que estão sendo monitorados pela equipe de tecnologia da informação. O banco informou que os saques a recursos do FGTS ocorrem normalmente.

Petrobras

A Petrobras precisou reiniciar a sua rede corporativa por causa do ataque, que já afetou 74 países. Funcionários da estatal receberam um alerta de que deveriam salvar todos os arquivos.

“A TIC informa que, devido a um ataque de vírus global, será necessário reiniciar a Rede Interna Corporativa (RIC) da Petrobras. Devido a urgência do serviço, recomendamos que a força de trabalho salve todos os seus arquivos que estiverem em uso. Não desligue a máquina”, dizia o comunicado enviado aos servidores. Na Agência Nacional do Petróleo, por precaução, computadores foram mantidos desligados à tarde.

Ataque no Brasil

O Brasil é um dos 74 países afetados pelo ataque de ransomware - quando um software malicioso é usado para “sequestrar” um computador -, segundo levantamento preliminar feito pela empresa de segurança Kaspersky. No total, já foram registrados mais de 45 mil casos dentre empresas e órgãos públicos e governamentais em todo o mundo.

Nas instituições atingidas, um aviso aparece na tela dos computadores exigindo que seja paga uma quantia em bitcoins para que o sistema volte a operar. Trata-se do ataque de ransomware mais rapidamente disseminado já registrado em todo o mundo.

AMEAÇA VIRTUAL

CIBERATAQUE MUNDIAL AFETA SERVIÇOS NO ESTADO

Sites de empresas e órgãos públicos saíram do ar após ação de hackers

As consequências de um ciberataque mundial, que já afetou pelo menos 74 países ontem – incluindo o Brasil – também chegaram ao Espírito Santo. Para evitar o sequestro de dados, alguns órgãos públicos e prefeituras da Grande Vitória decidiram paralisar seus serviços de internet total ou parcialmente até que a ameaça seja afastada.

No INSS, os computadores começaram a ficar lentos após as 14h e às 15h uma ordem para o desligamento das máquinas da rede foi enviada, suspendendo as atividades. Segundo o órgão, os atendimentos marcados para esta data serão reagendados e a Data de Entrada de Requerimento (DER) dos cidadãos agendados será resguardada.

O site do Ministério Público do Espírito Santo (MPES) também foi retirado do ar por volta das 16h30, como uma ação preventiva. Ainda não há previsão de retorno. “Em razão do ataque mundial aos sistemas informatizados, ocorrendo neste momento, e por questões de segurança institucional, informamos que o site ficará do ar”, justificou o MPES em nota.

PREFEITURAS

As prefeituras de Vila Velha e Vitória também sofreram baixas. No final da tarde de ontem, Vila Velha paralisou todos os seus serviços internos e os que são prestados aos cidadãos por internet para evitar possíveis ataques.

Já em Vitória, na Agência Municipal do Trabalhador (Sine de Vitória), o

Sistema Mais Emprego, disponibilizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) parou de funcionar às 15h30.

“Por esse motivo, foi necessário remarcar para a próxima semana os profissionais que tinham agendamentos programados a partir deste horário para habilitação ao seguro-desemprego”, disse o município.

Os encaminhamentos às vagas de emprego também não puderam ser realizados depois das 15h30. A prefeitura informou que só registrou este incidente e que todos os outros serviços foram ofertados normalmente.

A Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (Setades) do Estado informou que o problema

afetou todas as agências do Sine.

NO PAÍS

Sites de órgãos públicos brasileiros foram os mais afetados pelo ataque de hackers em nível mundial. No entanto, algumas empresas também tomaram medidas para evitar prejuízos.

Um dos órgãos totalmente paralisados foi o INSS, cujos atendimentos marcados para ontem te-

rão que ser reagendados. O Dataprev, empresa responsável pelo sistema de tecnologia e informação da Previdência Social, disse que a base de dados do INSS não foi comprometida. “A empresa adotou uma série de ações preventivas para assegurar a integridade dos dados.”

Outras páginas do governo federal na internet também foram tiradas do ar. As páginas da Previdência Social e do Ministério

do Trabalho, por exemplo, ficaram sem acesso ontem. Os telefones dos órgãos também não funcionaram por várias horas.

Em São Paulo, o Tribunal de Justiça de São Paulo, o Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo e o Ministério Público do Estado de São Paulo também foram afetados. Ainda não está claro o número de empresas e órgãos afetados em todo o país. As companhias e órgãos de governo, além da Petrobras e da Telefônica/Vivo

disseram

que orientaram seus funcionários a desligar os sistemas de maneira

preventiva. No entanto, a maioria delas não confirmou se aconteceu, de fato, um ataque em seus sistemas, como relatado em toda a Europa.



AÇÃO DO VÍRUS

▼ O que são

Os vírus de resgate são pragas digitais que embaralham os arquivos no computador usando uma chave de criptografia. Os

criminosos

exigem que a vítima pague um determinado valor para receber a chave capaz de retornar os arquivos ao seu estado original.

▼ Resgate

Quem não possui cópias de segurança dos dados e precisa recuperar a informação se vê obrigado a pagar o

resgate, incentivando a continuação do golpe.

▼ Roubo

O jornal “The New York Times” diz que os ataques podem ter

usado uma brecha chamada EternalBlue, que foi roubada da NSA, a agência de segurança dos EUA.

▼ Brecha

O vírus se espalha por

meio de uma brecha no Windows, que a Microsoft diz ter corrigido em 14 de março. Mas usuários que não atualizaram os sistemas podem ter ficado vulneráveis.

PRAGA DIGITAL

Mais de 70 países foram alvo de hackers

Hospitais, bancos e seguradoras foram afetados por vírus que pede resgate de dados

Empresas de ao menos 74 países, incluindo o Brasil, foram alvos do ciberataque. Eles atingiram hospitais públicos na Inglaterra, causaram a interrupção do atendimento do INSS e afetaram empresas e órgãos públicos de 14 estados brasileiros mais o Distrito Federal. A extensão do ataque leva especialistas em segurança a acreditar que se trate de uma ação coordenada, mas não se sabe ainda a autoria.

Há registro de computadores infectados na Espanha, Taiwan, Rússia,

Portugal, Ucrânia, Turquia e Reino Unido.

Os criminosos usam um vírus de resgate (ou "ransomware"), que inutilizam o sistema ou seus dados, até que seja paga uma quantia em dinheiro - entre US\$ 300 e US\$ 600 em Bitcoins, diz a empresa de segurança digital Kaspersky. Ou seja, "sequestram" os dados e

pedem uma recompensa. Segundo a empresa russa, o vírus se espalha por meio de uma brecha no Windows.

Em um relatório divulgado, a Kaspersky contabilizou 45 mil ataques. A maior parte deles foi registrada na Rússia. Na Inglaterra, hospitais afetados relataram que cancelaram atendimentos e redirecionaram ambulâncias para outros hospitais. Ao menos 16 instituições de saúde sofreram, simultaneamente, um bug em seus sistemas de informação. Algumas equipes decidiram cancelar atendimentos não urgentes. Hospitais chegaram a pedir para que pacientes remarcassem as consultas.

Médicos e funcionários



Hospital na Inglaterra teve seu atendimento prejudicado pelo ciberataque

da área de saúde tiveram que recorrer ao papel e à caneta para continuar as consultas. Houve relatos de computadores que nem voltaram a ligar. O governo da Espanha divulgou um comunicado sobre o ciberataque em várias empresas, como o banco BBVA e a seguradora Mapfre.

ROUBO

O jornal "The New York Times" diz que os ataques

podem ter usado uma ferramenta que foi roubada da NSA, a agência de segurança nacional dos EUA. O vírus que se espalhou é o Wanna Decryptor, variante do ransomware WannaCry, diz o jornal.

Segundo a Kaspersky, o vírus se espalha por meio de uma brecha no Windows, que a Microsoft diz ter corrigido em 14 de março. Mas usuários que

não atualizaram os sistemas podem ter ficado vulneráveis.

A falha afeta as versões Vista, Server 2008, 7, Server 2008 R2, 8.1, Server 2012, Server 2012 R2, RT 8.1, 10 e Server 2016 do Windows. Os relatos dos ataques indicam empresas como alvo, mas computadores pessoais com Windows não atualizados também podem ser infectados.

VIRTUAL

45 mil
ataques

É o número de registros de ocorrências em todo o mundo ontem.

GOLPE CIBERNÉTICO MUNDIAL

Ataque de hackers afeta o Estado

O megaciberataque, que prejudicou sistemas em mais de 70 países, fez com que instituições tirassem seus sites do ar

Verônica Aguiar

O megaciberataque que derrubou sistemas de comunicação de empresas e serviços públicos em mais de 70 países ontem é o maior da história.

No Estado, Ministério Público, Tribunal de Justiça, INSS e a Prefeitura de Vila Velha tiraram seus sites do ar como forma de prevenção contra a invasão.

O ataque é feito por um software malicioso ("malware") chamado "ransomware". Especialistas da tecnologia da informação acreditam que mais de um tipo deles esteja envolvido no ataque, como o WannaCryptor.

Esse malware criptografa dados e impede que o proprietário tenha acesso a eles. Além disso, pede um resgate em bitcoin, que é uma

moeda virtual que mantém em sigilo de quem são as partes envolvidas na transação comercial.

Segundo o especialista em tecnologia da informação e crimes virtuais Eduardo Pinheiro Monteiro, esse código geralmente explora alguma vulnerabilidade do sistema, ou por falta do antivírus ou de atualização de sistema.

"Nesse caso específico eles exploraram uma falha do Windows que já tinha correção desde março, só que as pessoas não atualizaram o sistema. Quem fez a atualização ficou livre do ataque", afirmou.

Ele explicou que o software malicioso procura várias portas abertas e entra naquela que encontrar, podendo ser por e-mail e progra-

“Eles exploraram uma falha do Windows que já tinha correção desde março, só que as pessoas não atualizaram o sistema”

Eduardo Pinheiro Monteiro, especialista em crimes virtuais

mas de trocas de arquivos.

Como os celulares têm outro sistema operacional, não estão sendo afetados por esse tipo de código.

Uma empresária de 42 anos que atua no ramo de cosméticos no Estado contou que teve os computadores de sua empresa invadidos há cerca de dois meses.

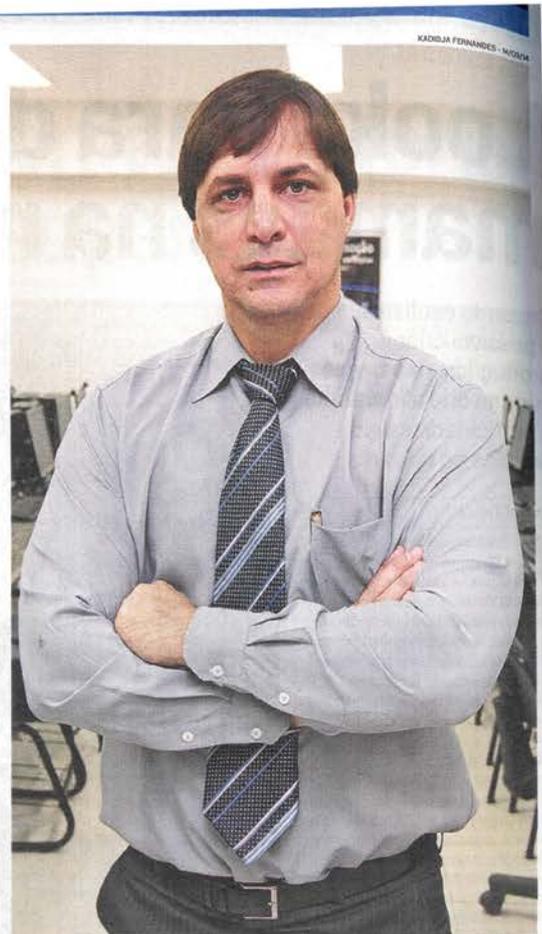
"Saí da empresa com tudo funcionando bem em um dia. No outro um funcionário me ligou dizendo que não estava conseguindo acessar as informações. Um profissional de tecnologia da informação de uma empresa terceirizada que presta serviço para a gente informou que tinha sido um vírus".

Ela contou que não cedeu aos pedidos de pagamentos por bitcoins e que perdeu muita informação.

"Você perde todo tipo de informações, da parte fiscal e tributária. De contas a pagar e a receber. É um prejuízo e a gente fica triste com isso", explicou.

A orientação de especialistas é que as vítimas não paguem o resgate de dados.

A expectativa é de que, em alguns dias, fabricantes ofereçam ferramentas capazes de recuperar os dados.



EDUARDO MONTEIRO: "Quem fez atualização ficou livre do ataque"

SAIBA MAIS

Como proteger o computador

O que é "ransomware"?

É UM CÓDIGO MALICIOSO que criptografa dados e tira do proprietário acesso aos mesmos. Ele geralmente explora alguma vulnerabilidade do sistema, ou por falta do antivírus ou de atualização de sistema. Nesse caso específico do ciberataque, eles exploraram uma falha do Windows.



WINDOWS: atualização

A falha era conhecida?

A FALHA do Windows que possibilitou o ataque era conhecida por um grupo de espionagem associado à Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos.

ELA ERA CONHECIDA mesmo antes da disponibilização da atualização do sistema para resolver o problema.

Como se prevenir do ataque?

É PRECISO manter o sistema operacional sempre atualizado. Quem utiliza Windows 7, 8.1 ou 10, por exemplo, deve mantê-lo na configuração de fábrica, com atualizações automáticas e firewall ativado.

AS CONFIGURAÇÕES de atualização podem ser verificadas no painel de controle do computador.

OUTRA opção é clicar no botão "iniciar" e depois digitar na caixa de busca "verificar status do firewall" ou "verificar se há atualizações do sistema a serem feitas".

TAMBÉM é importante sempre fazer cópias de segurança das informações e deixar esses dados fora da rede. Se o backup for feito em HD ex-

terno, ele deve ser desconectado do computador. Outra dica é evitar deixar as cópias de segurança na nuvem.

TAMBÉM é importante ter cautela ao abrir arquivos recebidos.

Computador infectado. E agora?

Atualmente, não é possível recuperar os arquivos criptografados pelo código malicioso. A recomendação de especialistas é que a vítima do ataque não pague o resgate pedido em bitcoin. A expectativa é de que em alguns dias, grandes fabricantes ofereçam novas ferramentas capazes de permitir que os dados sejam recuperados.

Por que o vírus se espalhou tanto?

DE ACORDO com especialistas, as pessoas não atualizam o sistema dos computadores. Esse ataque seria o maior ataque da história utilizando esse tipo de vírus.

Fonte: Especialista em tecnologia da informação Eduardo Monteiro e pesquisa AT

Responsáveis receberam R\$ 18 mil em resgate

SÃO PAULO

Os responsáveis pelo megaciberataque que derrubou sistemas de comunicação de diversos países ontem receberam aproximadamente R\$ 18 mil em pagamentos de resgate (3,45 bitcoins, a moeda virtual).

Os hackers usaram ferramentas da NSA, a agência de segurança nacional americana, e brechas de proteção identificadas pelo governo dos EUA e vazadas.

Os alvos variaram do Ministério do Interior da Rússia à empresa espanhola Telefônica, passando pela gigante americana FedEx e pelo serviço nacional de saúde do Reino Unido, o NHS. Além dos ataques identificados como tais, centenas de empresas pelo mundo decidiram desligar seus servidores por precaução.

As perdas geradas pelo ataque ainda não haviam sido estimadas até a conclusão desta edição, e podem ir além do prejuízo financeiro.

No Reino Unido, pacientes de dezenas de hospitais e clínicas tiveram de voltar para casa e consultas foram canceladas. Mesmo as ambulâncias foram afetadas. A primeira-ministra britânica, Theresa May, confirmou o ataque e afirmou ser parte de uma campanha internacional mais ampla.

"Não temos nenhuma evidência de que informações de pacientes foram comprometidas", disse. Nenhum grupo reivindicou a ação, que é tratada como criminosa.

Informações preliminares sobre a origem do software malicioso utilizado apontavam para a China, mas eram inconclusas. Não há, por ora, suspeitas de que um governo esteja envolvido.

HACKER UTILIZA computador: responsáveis pelo ataque utilizaram dados da NSA, a agência de segurança nacional americana



COMO FOI O ATAQUE

Softwares maliciosos

OS SOFTWARES maliciosos ("malwares") de resgate são pragas digitais que embaralham os arquivos no computador usando uma chave de criptografia. Os criminosos exigem que a vítima pague um determinado valor para receber a chave capaz de retornar os arquivos ao seu estado original.

PARA devolver o acesso às informações, criminosos exigem pagamento em bitcoins, a moeda digital. Elas são usadas por criminosos, pois são mais difíceis de rastrear e podem ser criadas por qualquer pessoa, sem necessidade de comprovar a identidade.

QUEM NÃO possui cópias de segurança dos dados e precisa recuperar a informação se vê obrigado a pagar o resgate, incentivando a continuação do golpe.

OS ATAQUES podem ter usado uma ferramenta que foi roubada da NSA, a agência de segurança nacional dos EUA. O vírus que se espalhou é o Wanna Decryptor, variante do ransomware Wanna Cry.

SEGUNDO a empresa de segurança russa Kaspersky, o vírus se espalhou por meio de uma brecha no Windows, que a Microsoft diz ter corrigido em 14 de março. Mas usuários que não atualizaram os sistemas podem ter ficado vulneráveis às ações dos hackers.

SEGUNDO a Kaspersky, foram detectados 45 mil ataques, em relatório divulgado na tarde de ontem. A maior parte foi registrada na Rússia.

Fonte: Kaspersky

BRIGA JUDICIAL

Camilo Cola denuncia “golpe” na Itapemirim e vai à Justiça

Segundo empresário, novos gestores teriam desviado R\$ 8,1 milhões da caixa da companhia

RAFAEL SILVA
rfreitas@redgazeta.com.br

O fundador do Grupo Itapemirim, Camilo Cola, vai à Justiça para tentar retomar o controle das empresas que estão atualmente em processo de recuperação judicial. Segundo ele, os novos donos, que serão denunciados ao Ministério Público Estadual (MPES), teriam desviado R\$ 8,1 milhões da caixa, utilizando a receita da venda de passagens da Viação Itapemirim, o braço mais rentável do grupo, para pagar serviços “supostamente executados por outras empresas dos novos sócios”.

Desde outubro de 2016, o grupo é presidido por Camila Valdivia e tem ainda como sócios Sidnei Piva e Milton Rodrigues. Os executivos são de São Paulo e donos de escritórios contábeis. De acordo com dados da Junta Comercial de São Paulo, Valdivia é dona de oito empresas, e Sidnei, de outras 10.

A família Cola diz ter recebido denúncias de funcionários do grupo de que desde novembro do ano passado são feitos depósitos diários de R\$ 50 mil para a Delta X Tecnologia de Informação Ltda., empresa que também



Ônibus da Itapemirim: empresa opera algumas linhas de transporte de passageiros

é de propriedade de Valdivia e Piva. Os repasses constam em notas fiscais que foram anexadas à denúncia.

“Esses serviços seriam prestados a título de consultoria de informática, mas não há comprovação dessas atividades, ainda mais em um valor diário como esse. Desde novembro, todos os dias são feitos esses pagamentos”, afirma o advogado de Camilo Cola, Marcelo Miranda.

Cola disse se sentir enganado e acredita que o mesmo “golpe” dado em empresas paulistas está sendo aplicado na Itapemirim. “Tivemos nossa confiança traída

por pessoas de nossa maior consideração. Uma articulação monstruosa. Demitiram inúmeros funcionários sem o pagamento de verbas rescisórias, multas e FGTS. O Espírito Santo precisa saber quem é essa gente. Tenho 94 anos, não quero ver a história da Itapemirim ser manchada”, afirmou Camilo.

COMPROMISSOS

O advogado de Camilo Cola aponta que nenhum dos compromissos acordados com os atuais gestores foi honrado. Segundo ele, a Itapemirim teria sido vendida para a atual presidente sem o repasse de nenhum

custo para a família. Valdivia, no entanto, passaria a ser a responsável pela dívida de R\$ 336,49 milhões da companhia que está em processo de recuperação judicial.

“Foram demitidos 60 funcionários, que tinham entre 15 e 20 anos de empresa, que até hoje não receberam nenhum centavo dos seus direitos. Já fizemos a denúncia na Polícia Civil e na Federal. Camilo teme que a Itapemirim seja destruída e que ele seja responsabilizado futuramente. Nosso objetivo é devolver a empresa à família Cola, antes que ela seja destruída”, diz Miranda.

Novos gestores se defendem

Em nota, os novos proprietários da Itapemirim reafirmaram “a profunda admiração pelo antigo fundador e o compromisso em prestar ao administrador judicial todo o desenvolvimento financeiro, fiscal e contábil de todas as atividades da empresa quanto ao processo de recuperação judicial”.

Sobre as acusações de supostos desvios na empresa, a Itapemirim informa que “contratou uma das maiores empresas de auditoria, reconhecida internacionalmente, para que audite todos os processos administrativos e financeiros da nova gestão”.

A reportagem tentou contato com a Delta X, empresa localizada no município de Barueri, em São Paulo, por meio de um telefone publicado no site da empresa. Após passar por várias pessoas, ninguém poderia falar a respeito do assunto. Uma atendente disse que o responsável pelo jurídico era o “doutor Cristiano”, mas ele não foi localizado. A empresa também não retornou nossos contatos.

SAIBA MAIS

HISTÓRICO

Fundada em 1953, em Cachoeiro de Itapemirim, pelo empresário Camilo Cola, a Itapemirim começou com 16 veículos e 70 funcionários. Entre as décadas de 1970 e 1990, as atividades do grupo foram diversificadas, passando a segmentos como mineração, hotéis, agropecuária, restaurantes, turismo e concessionárias.

CRISE

Segundo fontes, há anos a Itapemirim passa por uma séria crise financeira, que teve início após investidas malsucedidas no ramo de aviação civil. A fusão com a Kaissara seria uma tentativa de salvar a viação.

OPERAÇÃO

Em junho de 2015, a cachoeirense Kaissara havia passado a operar cerca de 40% da frota e mais da metade das linhas da Itapemirim. A Itapemirim permaneceu operando 50 trechos (43% do mercado).

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em março de 2016, a Itapemirim protocolou um pedido de recuperação judicial na 13ª Vara Cível Especializada Empresarial de Vitória. O processo envolve seis empresas.

DECISÃO

Em dezembro, a Justiça estadual incluiu a Kaissara no processo de recuperação judicial. O juiz entendeu que houve “desvio de patrimônio” na operação de transferência das linhas.

COMPRA

Na mesma decisão, o juiz determina a exclusão dos “sócios/empregados” da Kaissara e a transferência do controle aos novos acionistas da Itapemirim: Sidnei Piva de Jesus e Camila de Souza Valdivia.



Briga na Justiça para ficar com a Itapemirim

A VIAÇÃO ITAPEMIRIM foi fundada e administrada pela família Cola de 1953 a 2016

Família fundadora vai entrar com ação para retomar controle das empresas que hoje estão sob o comando de um grupo de São Paulo

Artur Sousa

A Viação Itapemirim, que já foi a maior empresa de transporte de passageiros da América Latina, está sendo disputada na Justiça.

De um lado, a família fundadora, que alega estar em curso a destruição do patrimônio da empresa e quer retomá-la, e de outro, um grupo empresarial de São Paulo que adquiriu a marca no final do ano passado e afirmou em nota es-

processo de profissionalização em todos os setores da empresa".

Segundo a assessoria da família Cola, responsável pela marca entre 1953 e 2016, havia um acordo para a venda do patrimônio, determinando que os novos proprietários pagassem as dívidas da empresa (R\$ 336,49 milhões) e mantivessem sua saúde financeira.

Os atuais detentores do grupo teriam descumprido o acordo, demitindo 60 funcionários sem pagar verbas rescisórias, multas e FGTS,

empresa estaria sendo utilizada para desvio de valores. Conforme declaração da assessoria, os novos proprietários teriam feito o mesmo com empresas de todo o País.

Segundo o ex-proprietário e fundador da Itapemirim, Camilo Cola, após investigação sobre os compradores, constatou-se que se tratava de esquema para desvio de recursos, num total de R\$ 8,1 milhões.

"O interesse pela recuperação das empresas é na verdade uma fachada para o desvio de recursos e a inviabilização total das empresas em recuperação, que retornam depois aos donos de direito, mas completamente dilapidadas e sem qualquer chance de seguir com as atividades".

A família Cola afirma que juntou provas da incapacidade técnica na gestão dos recursos das empresas em recuperação, e entrará com uma ação judicial nos próximos dias, buscando retomar o controle total das empresas e a recondução da recuperação judicial.

Os novos proprietários informaram que contrataram uma das maiores empresas de auditoria para analisar os processos administrativos e financeiros da Viação Itapemirim.

O Grupo Itapemirim informou, por meio de nota, que quaisquer comentários sobre "denúncias ou assuntos que tratem os antigos proprietários serão tratados nas

ENTENDA

Dificuldades

> A VIAÇÃO ITAPEMIRIM passava por dificuldades financeiras e, em 2016, solicitou recuperação judicial da empresa.

A venda

> NO DECORRER DO PROCESSO de recuperação judicial, os fundadores receberam proposta dos novos proprietários. Segundo a assessoria da família Cola, no acordo de venda havia um ponto determinando que os novos proprietários cuidariam da saúde financeira da empresa e manteriam nela pessoas de confiança dos antigos sócios, o que não ocorreu.

Acordo

> DE ACORDO COM NOTA da família Cola, além do descumprimento do determinado no acordo de venda, teria-se verificado que o novo grupo utilizou as empresas da Itapemirim para desvio de verbas. A nota afirma que o esquema teria sido aplicado com várias outras empresas de todo o País.

Devolução

> A FAMÍLIA COLA informou que o esquema terminaria com a devolução da empresa para os antigos donos, mas com "patrimônio dilapidado e sem qualquer chance de seguir com as atividades".

Novos proprietários

> O NOVO GRUPO detentor da Viação Itapemirim afirmou, por meio de nota, que está trabalhando para melhorar as condições da empresa. > "ESTAMOS empenhados em levar o bom nome da empresa Itapemirim

sa no transporte rodoviário, como um dia foi, trazendo novos investimentos como renovação de frota, e atualização de tecnologia".



JUIZ Paulino José Lourenço

Juiz vê possíveis práticas criminosas

Em decisão publicada no dia 20 de março, o juiz Paulino José Lourenço, da 13ª Vara Cível Especializada Empresarial de Recuperação Judicial e Falência de Vitória, informou ser possível ter havido "prática de condutas criminosas no âmbito das empresas em recuperação", referindo-se às empresas do Grupo Itapemirim.

Segundo texto da decisão, em uma fiscalização rotineira feita em uma base do grupo no Rio de Janeiro foram encontrados documentos, recibos, maquinário, remessas de dinheiro ao exterior e dinheiro estrangeiro em espécie.

O juiz informou que a adminis-

tradora judicial que apoiava a recuperação da empresa "entendeu prudente a apreensão do material".

OS NÚMEROS

20/03

foi publicada decisão judicial sobre fiscalização no grupo

17/03

dia em que controladores apreenderam documentos em base do Grupo Itapemirim no Rio

A decisão informa ainda que os antigos controladores das empresas recuperadas, no dia 17 de março de 2017, "entraram no local e retiraram o restante da documentação".

O texto afirma que o material recolhido seria "encaminhado ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), órgão do Ministério Público do Estado (MP-ES).

À reportagem, a assessoria do Ministério Público informou que devido à ação recente de hackers, os sistemas responsáveis pela gestão dos processos estavam bloqueados por medida de segurança.



GARAGEM do grupo em Cachoeiro

ANÁLISES

João Patrício Barroso Neto, juiz do 2º Juizado especial Criminal e da Fazenda Pública da Serra



“Já passou da hora de endurecer leis”

“A nossa legislação é ultrapassada e a população está cansada de ver o aumento da violência. É preciso ver onde está o erro. No meu entendimento, já passou da hora de endurecer mais as nossas leis, porque a gente está vendo um aumento muito grande da criminalidade. Acho que deveria ter uma reformulação na legislação, a começar pelo crime de colarinho branco, talvez até colocar a corrupção como crime hediondo.

Mas não adianta endurecer se não forem criadas políticas de ressocialização, para evitar que o delinquente saia do sistema pior do que ingressou.

Entendo que a prisão, de certa forma, deve levar a pessoa a uma reflexão. Por isso, ela deveria ficar mais tempo presa para pensar sobre os motivos que ela está ali.

E vou além! Acho que no Brasil poderia ter uma prisão perpétua nos casos extremos. Pessoas, por exemplo, que não têm a mínima condição de viver em sociedade, aqueles que cometem bárbaries, poderia se trabalhar com a possibilidade da pena ser perpétua. Como você ressocializa um assassino profissional que tem 10, 15 mortes nas costas?”

Nylton Rodrigues, coronel e comandante geral da Polícia Militar



“Muitas hipóteses de liberdade provisória”

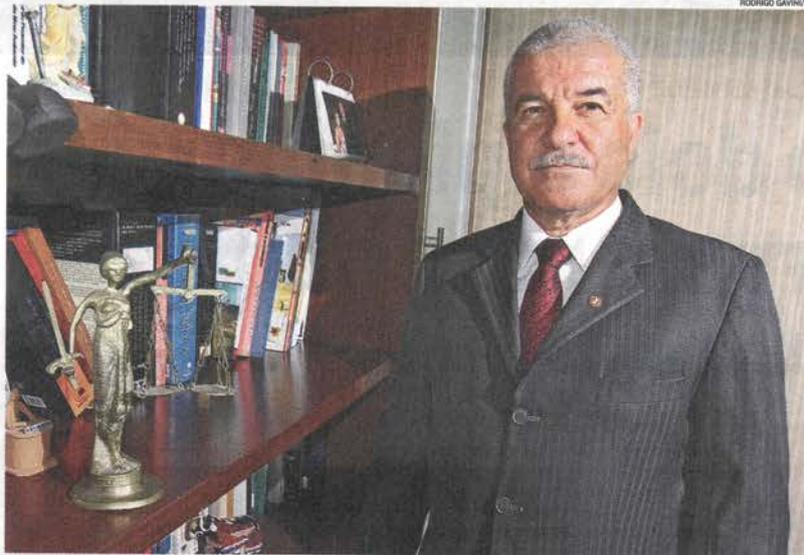
“As polícias militares são responsáveis pela maior parte das prisões em flagrante, prisões que de imediato retiram infratores das ruas, restaurando pontualmente a sensação de segurança e reafirmando a autoridade do Estado.

Ocorre que as leis do País prevêem muitas hipóteses de liberdade provisória, isto é, aquelas em que o indiciado poderá responder ao processo em liberdade.

Nesse contexto, muitos indiciados ou réus, que respondem em liberdade aos seus inquéritos ou processos, acabam por cometer outros crimes, alimentando assim uma sensação de impunidade que, inevitavelmente, não deixa de funcionar como incentivo à reincidência.

É certo que a presunção de inocência é um valor muito importante para a nossa sociedade, mas a segurança de todos e de cada um de nós, pessoas de bem, não é menos importante.

Esse é o desafio do nosso tempo, proteger garantias individuais, sem com isso descuidar da proteção da sociedade. É nesse sentido que entendemos que deve laborar o legislador.”



RODRIGO GAVINAT

SÓCRATES DE SOUZA acredita que só 10% das vítimas registram ocorrências e, com isso, a criminalidade aumenta

SEGURANÇA PÚBLICA

Moradores deixam de ir à polícia para denunciar

As brechas na lei também têm feito com que moradores e comerciantes, vítimas da violência, como de assaltos, deixem de ir a polícia registrar um boletim de ocorrência. O temor é que os bandidos sejam soltos rapidamente e voltem a amedrontar quem denunciou.

O presidente da Associação de Moradores da Jardim Camburi, Enock Sampaio Torres, ouve relatos de pessoas que têm medo de fazer a ocorrência, principalmente vítimas que tiveram o celular, bicicleta ou joias roubados. “Se prende o camarada, a vítima tem que reconhecer-lo como autor do crime. Ele é preso, mas acaba sendo solto e volta a praticar crimes.”

O presidente da Associação de Moradores de Jardim da Penha, Fabrício Pancotto, disse que no bairro a situação é semelhante.

“Além do medo, as pessoas ficam desacreditadas, pois muitos são presos e liberados dias depois. O caso do homem-aranha é um exemplo”, afirmou.

O presidente da Associação de Moradores da Praia do Canto e da Associação Comercial do bairro, Cesar Saade Junior, disse que na última terça-feira, durante uma reunião entre comunidade e polícia, das 60 pessoas presentes, cerca de 50 admitiram que não têm registrado ocorrências.

“Mas os policiais explicaram a importância em fazer o boletim, pois assim o efetivo poderá ser intensificado nos pontos críticos.”

O procurador de Justiça Criminal, Sócrates de Souza, acredita que apenas 10% das vítimas registram ocorrências e, com isso, a criminalidade aumenta. Ele mostrou-se preocupado com a violência.

“Nós, cidadãos, é que estamos presos, com medo de sair de casa, pois a qualquer momento um elemento, sob efeito de drogas ou não, pode tirar a nossa vida”, disse.

O conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional capixaba (OAB-ES), Rivelino Amaral, classificou como um grande erro quem age dessa forma.

“O Estado precisa dessas informações para direcionar a sua atuação nas áreas mais críticas. Se tiver que prender, que prendá uma, duas, três vezes. Cada um tem que fazer a sua parte e a parte da sociedade é comunicar ao Estado.”

O comandante-geral da PM, coronel Nylton Rodrigues, mandou um recado para as pessoas: “Nossas estratégias são construídas com base nas estatísticas dos registros, portanto o não registro traz prejuízos a sua comunidade.”

Mais de 7 mil pessoas abordadas

Depois de uma manhã de operações, a tarde de ontem também teve ação da PM, no Estado. Segundo a polícia, até as 22 horas, foram abordadas 7490 pessoas, 37 foram conduzidas para a delegacia e seis furtivas foram recapturadas.

Segundo divulgado pela Polícia Militar, a ação contou com um efetivo de 1.300 policiais militares com o apoio de 353 viaturas.

O subcomandante do CPOM, tenente-coronel Souza Reis, destacou que o objetivo da ação foi fazer com que o capixaba transitasse em tranquilidade e que o maior número de pessoas possíveis não fossem vítimas da criminalidade.

“Nossa principal meta é difícil de ser medida, mas podemos dizer que o objetivo foi alcançado. A polícia está trabalhando para dispo-



FERNANDO RIBEIROXAT

POLICIAIS fizeram cerco na avenida César Hilal, em Vitória, durante a Operação Força Total

nibilizar o máximo de policiais nas ruas para garantir a paz social”, lembrou o subcomandante.

Ainda sobre os dados da ação vespertina, a polícia divulgou que foram abordados 4.715 carros e motos, 114 táxis e 143 ônibus. Além disso, seis armas foram apreendi-

das e drogas também foram recolhidas. Entre os entorpecentes estão 59 papéletes de cocaína, 57 buchas de maconha, 20 pedras de crack e duas buchas de haxixe.

Já sobre veículos roubados, a polícia conseguiu recuperar 15 veículos.

ANÁLISE

Ezequiel Turibio, presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo



“Código de Processo Penal é antigo”

“O juiz cumpre o que está na lei. Claro que o Código de Processo Penal é muito antigo. Ele foi elaborado na época da 2ª Guerra e, apesar de ter passado por algumas atualizações, precisa ser reformulado.

Em algumas situações, não em todas, é preciso ter um rigor maior, como nos crimes que têm violência, uso de arma de fogo, o próprio homicídio, os crimes chamados de hediondos, mas isso quem vai definir é o legislador.

Enquanto não mudar a legislação, o juiz só pode decretar a prisão se tiver presentes alguns requisitos, como risco para a ordem pública, para a instrução criminal e para a aplicação da lei penal.

Não é só prender. O inquérito tem que ser concluído no prazo legal. Muitas vezes prende um acusado, o juiz mantém a prisão. Em outras, o juiz decreta a prisão preventiva no início do procedimento do inquérito policial, entretanto quando os autos chegam ao Ministério Público, este tem o entendimento que são necessárias novas diligências para o esclarecimento da autoria, o processo retorna à delegacia, aí não tem jeito: tem que soltar.”

FALA. LEITOR!

FOTOS: FERNANDO RIBEIROXAT



“Quando os vi na rua, na operação, achei que era algum acidente. Fiquei até mais aliviada. Não tenho visto isso em outros dias”

ANA LÚCIA DE SOUSA, 25, coord. administrativa



“Tem duas semanas que invadiram minha casa por 2 dias seguidos. A polícia mais presente, pelo menos, inibiria esses crimes”

ARILDO BENEZOZI, 74 anos, aposentado



“Quando saímos e encontramos a polícia na rua nos sentimos mais seguros. Depois da greve, via pouco. Estavam fazendo falta”

MARLIANA MAIFREDE, 64 anos, aposentada



“Não deu para sentir diferença. Tem pessoas andando com medo. Já vi empresas fecharem mais cedo por causa de roubos”

CLÁUDIO DOMINGOS ALVES, 58 anos, advogado

SEGURANÇA PÚBLICA

“Bandidos estão mais agressivos”

Para coronel Ramalho, legislação permite que criminosos sejam soltos muito rápido. A polícia realizou duas operações de combate ao crime

“A legislação no Brasil não ajuda e, com isso, os bandidos estão cada vez mais agressivos, violentos e ousados. Eles estão se sentindo à vontade”. A afirmação foi feita pelo coronel Alexandre Ramalho, comandante do Comando de Polícia Ostensiva Metropolitana (CPOM), na manhã ontem, momentos antes de iniciar a Operação Força Total II,

que colocou centenas de PMs nas ruas para combater crimes como assaltos e furtos.

Ele afirmou que estão cada vez mais comuns os casos em que criminosos cometem uma série de crimes e que no final das contas voltam às ruas muito rápido.

“São coisas que desgastam o policial. De novo o mesmo bandido? A PM está trabalhando, mas os acusados são soltos rápido. E tudo cai na conta da PM, como se não tivesse policiamento.” O mesmo problema de crimes contínuos sem punições se repete com menores.

“Para os indivíduos que estão repetidas vezes praticando os mesmos crimes, tinham de cumprir prisão e também haver ressocialização. Isso deve ser um debate em

âmbito nacional”, disse Ramalho.

O coronel, no entanto, defendeu o trabalho da polícia, que, segundo ele, tem cumprido a sua missão.

Os trabalhos da Polícia Militar em operações ontem, por exemplo, aconteceram em todo o Estado, mas, somente na Grande Vitória, 360 policiais do setor administrativo realizaram pontos de bloqueios, cercos táticos e policiamento ostensivo a pé.

A Operação Força Total II teve início à tarde, com foco no combate a crimes co-

mo roubos em vias públicas, a comércio e de carros.

O coronel afirmou ainda que a operação será a cada 15 dias. “Não tem como colocar esses policiais

do administrativo todos os dias nas ruas porque a PM funciona como uma empresa e precisamos de outros setores”, declarou.

Horas antes da Operação Força Total II aconteceu a Operação Força-Tarefa, que integrou as Polícias Militar e Civil.

O foco foi o cumprimento de mandados de prisão contra assassinos em bairros como Jardim Carapina, Central Carapina, André Carloni e Jardim Tropical, na Serra. A cidade foi escolhida para a ação, segundo Ramalho, porque 40% dos homicídios da Grande Vitória ocorrem no município.

Um helicóptero do Núcleo de Operações e Transporte Aéreo da Polícia Militar do Estado (Notaer) ajudou a operação. “Encontramos dois carros numa região de mata. Só foi possível ver, pois estávamos sobrevoando”, revelou o coronel.

CENAS DA OPERAÇÃO FORÇA-TAREFA



FÁBIO NUNES/AT

HELICÓPTERO deu apoio à Operação Força-Tarefa no bairro Central Carapina, na Serra, cidade que concentra 40% dos homicídios na Grande Vitória.



FÁBIO NUNES/AT

CARRO foi encontrado por PMs em região de mata. Veículo foi avistado do helicóptero do Notaer, que deu apoio à operação em bairros da Serra.

O CORONEL Alexandre Ramalho afirmou que novas operações da Polícia Militar vão acontecer a cada 15 dias



FÁBIO NUNES/AT

MUDANÇA NA LEI

POLICIAL TERÁ PERMISSÃO PARA ENGANAR PEDÓFILOS

Nova lei autoriza uso de outra identidade para combater crimes

▲ KATILAINE CHAGAS
▲ VICTOR MUNIZ

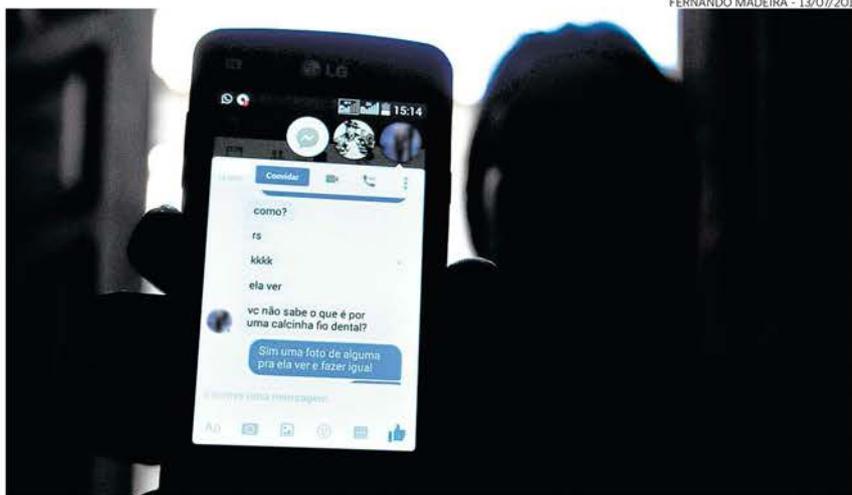
Policiais que investigam crimes sexuais contra crianças e adolescentes vão poder usar novas identidades para se infiltrar em organizações criminosas envolvidas nesse tipo de crime, seja de forma física ou virtual.

A medida passou a valer na última segunda-feira, quando a Lei 13.441 de 8 de maio de 2017 foi sancionada pelo atual presidente, Michel Temer.

Antes, esse tipo de infiltração de agentes policiais em quadrilhas só era permitido em investigações relacionadas a tráfico de drogas e combate ao crime organizado.

O delegado Lorenzo Pazolini, titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), em entrevista à TV Gazeta, explicou os pontos da nova medida, que considerou necessária para a maior eficiência do trabalho policial.

“O policial será inserido no contexto da organização criminosa. Notou-se que o crime de troca de vídeos e



FERNANDO MADEIRA - 13/07/2015

Pedófilos abordam vítimas pelo Facebook: em 2015, grupo fingiu ser agente de modelos para aliciar meninas

imagens com conteúdo pornográfico infantil, existe, sobretudo, em uma rede social fechada, em que os seus seguidores se conhecem, possuem relacionamento prévio e de confiança”, diz.

Pazolini ainda explicou que o agente policial poderá ter, inclusive, uma

nova carteira de identidade para exercer a função.

“Além da questão virtual, o policial pode assumir nova identidade no meio físico. Pode ir até o cartório de registro civil e receber uma nova identidade. Assim ganha mais condições de ingressar nesses grupos fecha-

dos, identificar quem é o líder e seus seguidores, utilizando técnicas investigativas”, explicou.

Apesar da nova lei permitir essa atuação velada da polícia, Pazolini explicou que a atividade só poderá ser utilizada com autorização judicial.

“O policial não pode fazer isso por conta própria. O delegado de polícia deve oferecer uma representação legal, o promotor de Justiça oferecer um parecer e o juiz de direito decidir se aquele instrumento é legítimo ou não para aquela situação”, explicou.

AVANÇO



“Além da questão virtual, o policial pode assumir nova identidade no meio físico. Pode ir até o cartório de registro civil e receber uma nova identidade”

LORENZO PAZOLINI
DELEGADO

Lorenzo comemorou a sanção da nova lei e disse que esse é mais um passo importante no combate aos crimes sexuais contra menores. “Essa lei é mais uma ferramenta a serviço da sociedade e da polícia, para se combater um crime da pior espécie”, ressaltou.

ENTENDA AS MUDANÇAS

PONTOS MAIS IMPORTANTES

A legislação sancionada na última segunda-feira pelo presidente Michel Temer dispõe sobre novas regras para a investigação de casos de pedofilia. A infiltração de agentes de polícia na internet obedecerá às seguintes regras:

▼ Autorização

Será precedida de autorização judicial, que estabelecerá os limites da infiltração para obtenção de prova;

▼ Prazo

Não poderá exceder o prazo de 90 dias, sem

prejuízo de eventuais renovações, desde que o total não exceda a 720 dias e seja demonstrada sua efetiva necessidade.

▼ Relatórios

A autoridade judicial e o Ministério Público poderão requisitar relatórios parciais da operação de infiltração antes do término.

▼ Requisito

A infiltração de agentes de polícia na internet não será admitida se a prova puder ser obtida por outros meios.

▼ Sem crime

Não comete crime o

policial que oculta a sua identidade para, por meio da internet, colher indícios de autoria e materialidade dos crimes.

▼ Bancos de dados

Os órgãos de registro e cadastro público poderão incluir nos bancos de dados próprios, mediante procedimento sigiloso e requisição da autoridade judicial, as informações necessárias à efetividade da identidade fictícia criada.

Dados coletados por infiltrados passam a valer como provas

Os dados coletados pelo policial infiltrado passarão a valer como provas para a Justiça, durante o processo criminal. Essa é mais uma das novidades da Lei 13.441, sancionada no último dia 8 de maio, que permite a infiltração do agente policial em organizações criminosas envolvidas em pedofilia.

O delegado Lorenzo Pazolini, titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), explicou como a in-

vestigação funcionava antes da lei.

“Podia-se utilizar perfis falsos, mas isso não era considerado meio de prova. Utilizávamos só para chegar até o acusado. Com a comprovação do crime, e através de mandado de busca e apreensão, íamos até a residência dele e eram apreendidas as máquinas, HDs, qualquer dispositivo de acesso à internet que comprovava a atividade criminosa”, revelou.

Com a nova lei, essa si-

tuação muda. Todos os dados coletados pelo policial durante a investigação, como, por exemplo, conversas em redes sociais do criminoso com as vítimas, passam a valer na Justiça.

“A partir do advento da lei, o policial assume a nova identidade, coleta os dados infiltrado, e isso vai ser uma prova lícita, que vai possibilitar a condenação desses acusados em juízo. Essa é a grande diferença”, explicou Pazolini.

MUDANÇA NA LEI

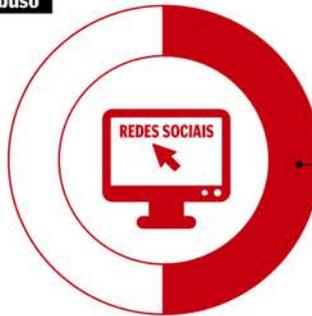
PEDOFILIA

Lei

O que é
§ A lei nº13.441/2017 permite a infiltração do agente policial em organizações criminosas de abuso de crianças

CASOS

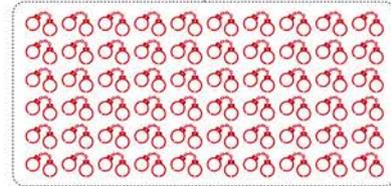
Abuso



50% dos casos investigados pela Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) começaram nas **redes sociais**

Foram presas pelo crime de abuso sexual infantil

60 pessoas em 2016



19 pessoas em 2017



Dicas para os pais

• **LIBERAÇÃO DE USO**
Ao liberar o uso da internet, os pais devem impor condições e orientar os filhos

• **REGRAS**
Não permita que a criança use a internet no local onde dorme

• **ORIENTAÇÃO**
É fundamental orientar os filhos a não publicarem em redes sociais nada que não possa estar num outdoor

• **FILTROS**
Instale filtros de conteúdo e aplicativos de monitoramento remoto no computador e no smartphone para saber onde as crianças e os adolescentes estão navegando

• **COMPUTADOR**
Mantenha o computador em local de fácil visualização para os pais. Evite que fique em ambiente onde só a criança e o adolescente tenham acesso

Infografia | Marcelo Franco

METADE DOS CASOS TEM INÍCIO NAS REDES SOCIAIS

Este ano 19 pessoas já foram detidas por abuso infantil

▲ VICTOR MUNIZ
vme@redgazeta.com.br

A cada dez casos de crimes sexuais contra crianças e adolescentes, investigados pela DPCA, na Grande Vitória, cinco tiveram início nas redes sociais. De acordo com o delegado Lorenzo Pazolini, só no ano passado, 60 pessoas foram presas

ANO PASSADO

60

presos
É o número de pessoas que foram detidas por abuso sexual infantil em 2017 no Estado.

pelo crime de abuso sexual infantil. Em 2017 são 19 detidos.

A nova lei vai facilitar este tipo de investigação. “A partir da identificação do IP, com autorização judicial e acompanhamento do Ministério Público, monitorar vamos monitorar grupos fechados que se reúnem

para produzir material pornográfico envolvendo crianças e adolescentes”, ressaltou Pazolini.

O delegado ainda explicou como agem os pedófilos que atraem crianças pelas redes sociais. Segundo ele, a falsa sensação de impunidade e anonimato fazem com que os bandidos

ANONIMATO

“Na rede social, o pedófilo pensa que o anonimato é garantido, o que é uma ilusão”

LORENZO PAZOLINI
DELEGADO

usam perfis de internet para iniciar os contatos com as vítimas.

“Através da rede social, o pedófilo pensa que o anonimato é garantido, o que é uma ilusão. Quando chegamos a ele, demonstra uma grande surpresa por ser descoberto”, revela Lorenzo Pazolini.

ANÁLISE

Medida facilita apuração de casos

▲ “A figura do agente infiltrado já existe na Lei do Crime Organizado e vai haver agora com os crimes na internet. É uma questão processual que agora vai entrar no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e em algumas situações previstas no Código Penal, como estupro de vulnerável (quando a vítima é menor de 14 anos ou

quanto tenha algum tipo de deficiência ou que estava embriagada ou dopada, impossibilitando responder pelo próprio corpo). O objetivo disso é facilitar a apuração dos casos tanto quanto à comprovação quanto à identificação do suspeito. Essa mudança está ampliando a quantidade de instrumentos probatórios. Isso é uma ten-



tativa de facilitar a investigação e a elucidação dos crimes. É uma contribuição, enfim.”

FELIPE TEIXEIRA SCHWAN
ADVOGADO E MESTRE EM DIREITO E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Crianças e adolescentes são alvos também de discriminação

▲ Cartilha preparada por médicos mostrou que 37% das crianças e adolescentes foram expostos à discriminação na internet nos últimos 12 meses, segundo o documento lançado em 2015, chamado “Saúde de Crianças e Adolescentes na Era Digital”.

Num universo de 29,7 milhões de crianças e adolescentes de 9 a 17 anos, 80% são usuárias da internet, de acordo com o documento preparado pela So-

cidade Brasileira de Pediatria (SBP).

Os 37% representam cerca de 8,8 milhões de crianças e adolescentes que são expostos aos discursos de ódio, intolerância e violência. Os dados apontaram também que 20% foram tratadas de forma ofensiva na rede, no que é chamado de cyberbullying.

O estudo apontou também interesses ou preocupações e medos da faixa etária. Segundo a amostra,

17% procuraram informações sobre como emagrecer. E 10% consultaram formas para machucar a si mesmo, no que é chamado de self-cutting. Além disso, 8% relataram formas de experimentar ou usar drogas.

Outro dado preocupante exposto pelo manual: 7% pesquisou por formas de cometer suicídio.

O manual foi lançado para orientar médicos, pais, educadores, crianças e adolescentes.



EUGÊNIO RICAS destacou que o Estado foi o primeiro a implantar uma estrutura para aplicar a Lei Anticorrupção

Mais de 30 empresas acusadas de corrupção

São registros de fraude em licitação e na execução de contratos com o Estado. Há ainda aproximadamente 40 casos em investigação

Liliane Andrade

Em todo o Estado, mais de 30 empresas estão sendo processadas com base na Lei Anticorrupção. Os processos envolvem uma organização social e até uma multinacional, além de outras empresas, de acordo com a Secretaria de Estado de Controle e Transparência (Secont).

São empresas de segmentos como o fornecimento de produtos de saúde, materiais de papelaria e informática, além de contrato de arrendamento de área com o Estado.

As principais acusações são fraude em licitação e na execução de contratos e criação de pessoas jurídicas para simular real interesse de contratante.

Há ainda cerca de outros 40 casos em investigação que ainda não viraram processo na Secretaria. As informações foram repassadas, na tarde de ontem, pela Secont, que completou 30 anos de atuação.

O governador Paulo Hartung (PMDB) participou da comemoração e destacou a importância desse trabalho realizado pela secretaria.

“Em um momento desafiador que o País está vivendo, temos uma instituição consolidada e reconhecida pelos capixabas e brasileiros. Celebramos 30 anos com um conjunto de ações e uma visão republicana que os órgãos pertencem aos cidadãos e contribuintes, que muitas vezes não são olhados pelos gestores públicos”, comen-

tou o governador.

O secretário de Estado de Controle e Transparência, Eugênio Ricas, destacou o reconhecimento que o trabalho vem conquistando nacionalmente.

“O desafio que temos é manter esse nível de trabalho. No que tange ao combate à corrupção, o Espírito Santo tem dado exemplo para todo o País. O Estado foi o primeiro a implantar uma estrutura administrativa para aplicar a Lei Anticorrupção, o primeiro a aplicar uma multa e hoje somos recordistas.”

O evento contou com a presença de diversas autoridades, entre elas o delegado da Polícia Federal Luciano Flores de Lima, que atuou na Lava a Jato. Flores ressaltou a liberdade e autonomia que os órgãos de controle interno devem ter para orientar os gestores.

“A atuação da polícia só é necessária quando todos os mecanismos de controle falham”, concluiu.

ALGUNS CASOS

Punição de R\$ 747.780,02

Maior multa

A maior multa aplicada pela Secont foi contra uma empresa de automação do Mato Grosso do Sul, no valor de R\$ 747.780,02. A multa foi aplicada depois que um representante da empresa ofereceu propina ao secretário da Se-

cont, Eugênio Ricas. Na ocasião, ele era secretário de Estado da Justiça.

Computador

Dois empresas sediadas em Vila Velha foram condenadas por utilizar o mesmo computador para efetuar os lances, possuir sócio em comum e deixar de apresentar documentos. Enquanto uma empresa foi multada em R\$ 238.908,87, a outra pagou R\$ 213.228,64.

Alimentação

Uma empresa de alimentação foi multada em R\$ 5,9 mil por apresentar um documento falso em licitação da Secretaria de Estado de Justiça.

Fonte: Secont.

Multas aplicadas já ultrapassam R\$ 1,6 milhão

Treze empresas já foram condenadas por praticar atos de corrupção no Estado. Elas receberam multas que, somadas, chegam a R\$ 1.632.418,74, segundo a Secretaria de Controle e Transparência (Secont). De acordo com o secretário Eugênio Ricas, o dinheiro desviado poderia estar sendo investido em áreas sociais.

“Isso significa o resgate de um dinheiro que foi desviado e poderia estar sendo investido em saúde, educação e segurança. Mas, graças ao trabalho dos auditores da Secont, temos conseguido resgatar os valores”, ressaltou o secretário.



BALANÇO com resultados

Sites no Estado fora do ar após ciberataque mundial

O ciberataque que atingiu diversos países na sexta-feira é sem precedentes e exigirá investigação internacional para identificação dos culpados. A informação é da Europol, serviço europeu de polícia.

A onda de ataques atingiu quase 100 países, afetando o funcionamento de muitas empresas e organizações, como hospitais britânicos, a gigante espanhola Telefónica e a empresa francesa Renault.

No Espírito Santo, Ministério Público, Tribunal de Justiça e a Prefeitura de Vila Velha tiraram seus sites do ar no mesmo dia como forma de prevenção contra invasão. Durante o dia de ontem, somente o site do Ministério Público voltou a funcionar.

A Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes) desconectou sua rede corporativa da internet, mas manteve seu site no ar.

No Brasil, empresas e órgãos públicos de 14 estados mais o Distrito

Federal também foram afetados.

“O ataque é de um nível sem precedentes e exigirá uma complexa investigação internacional para identificar os culpados”, afirmou a Europol em nota.

Milhares de computadores foram infectados por um vírus ransomware, explorando uma falha nos sistemas Windows.

Os ataques usam vírus de resgate, que inutilizam o sistema ou seus dados até que seja paga uma quantia em Bitcoins (moeda virtual), segundo o grupo russo de segurança Kaspersky Lab. Os hackers receberam aproximadamente R\$ 26 mil em pagamentos de resgate (4,88 bitcoins, a moeda virtual) durante as invasões.



THIAGO COUTINHO - 02/08/2015

TRIBUNAL de Justiça: site fora do ar

AMEAÇA VIRTUAL

Ciberataque foi interrompido acidentalmente

Pesquisador relata como suspendeu, sem querer, invasões de hackers em todo o mundo

Um pesquisador na área de segurança da informação de Londres interrompeu acidentalmente um ciberataque mundial que afetou 99 países até ontem. Ele relatou à BBC como fez isso.

Conhecido pelo apelido com que opera online, MalwareTech, o pesquisador estava analisando o código que fazia funcionar o vírus responsável pelo ataque. Foi uma aparente campanha de ransomware - em que computadores são infectados com um vírus que codifica e "sequestra" os arquivos. Os invasores, então, pedem um resgate: ameaçam des-

truir (ou tornar públicos) os arquivos caso não recebam dinheiro.

O pesquisador percebeu que o programa tentava contatar um endereço de internet incomum (iuqerfsodp9ifjaposdfjh-gosurij-faewrwegwea.com), que não estava registrado. MalwareTech, então, gas-

moou o equivalente a R\$ 35 reais para comprar o endereço. Com isso, ele conseguiria analisar o comportamento do vírus.

Porém, ele depois percebeu que a operação de registro interrompeu o processo do programa de se propagar. "Foi algo acidental. Passei a noite inteira investigando."

SEM QUERER

"Quando registrei o site, isso fez com que todas as 'infecções' ao redor do mundo se desativassem por acreditar que era uma máquina virtual"

MALWARETECH
Pesquisador

SUSPEITAS

Originalmente, especulou-se que quem está por trás do vírus teria incluído um "botão de autodestruição". Mas MalwareTech acredita que se tratava de um mecanismo para saber se o programa estava sendo monitorado por pesquisadores da área de segurança da informação no que se chama de "máquina virtual" - uma espécie de am-



VITOR JUBINI - 04/02/2015

Especulou-se que quem está por trás do vírus criou botão de autodestruição

biente de quarentena para vírus. Um computador real não poderia acessar aquele endereço, mas uma "máquina virtual" conseguiria.

"Isso fez com que o programa parasse para evitar análises externas", disse MalwareTech. "Quando registrei o site, isso fez com que todas as 'infecções' ao redor do mundo se desativassem por credi-

tar que estavam em uma máquina virtual. Sem querer, impedimos a proliferação do vírus", explicou.

ATUALIZAÇÃO

A Microsoft decidiu liberar uma atualização de segurança para o Windows XP para que usuários do sistema lançado em 2001 possam se proteger da brecha de segurança

usada pelo vírus de resgate WannaCry.

A Microsoft deixou de publicar atualizações do Windows XP em abril de 2014. Desde então, apenas organizações com contratos especiais de suporte junto à Microsoft recebem atualizações para corrigir falhas no sistema operacional. (Com informações do G1)



O que você deve saber antes de casar >AT2



Novos desafios das mães >10



Especialistas apostam no fim do celular >26

a TRIBUNA R\$ 3,00

ASSINE
3323-6333

VITÓRIA-ES | DOMINGO, 14 DE MAIO DE 2017 | ANO LXXVIII | Nº 25.991 | FUNDADO EM 22/09/1938 | EDIÇÃO DE 84 PÁGINAS

Medo e síndrome do pânico atingem cada vez mais os jovens

Nos últimos vinte anos, casos de depressão e de ansiedade aumentaram em 50%, afirma psiquiatra. O cotidiano mais corrido e pressões diversas estão entre os motivos. >2 a 4



AT EM FAMÍLIA

Propostas criativas para se conquistar novos amigos depois dos trinta anos.



REGINA NAVARRO

A sociedade fica, equivocadamente, masculinizada com a ereção do pênis. >AT em Família



ELIANE CANTANHÊDE

João Dória defende que Lula dispute eleição: "Precisa ser condenado pelo povo". >44



COLUNA DO ESTADÃO

Michel Temer iniciou um livro de memórias do seu mandato, mas desistiu. >43



GILMAR FERREIRA

Por que se fala tanto da ameaça de mais uma vez o Vasco ir para o rebaixamento? >55



Ideias de universitários viram negócios milionários >24 e 25

O INVESTIDOR Nícolas Ferrage (centro) acredita e financia projetos de Nabuco, Bruno, Diego e Rodrigo voltado para a área de saúde e bem-estar

Consumidor vai à Justiça por causa de 4 reais >36 e 37



Fla empata com o Galo em dia de estreia de Vinícius Júnior >56

Novas tecnologias vão facilitar o dia a dia em casa >30 e 31

JUDICIALIZAÇÃO DE CONFLITOS

Ação na Justiça por causa de R\$ 4

Dos cerca de 200 mil processos nos juizados especiais, alguns são por motivos banais e acabam tomando lugar de casos mais urgentes

Tiago Alencar

Entre os cerca de 200 mil processos que tramitam nos juizados especiais cíveis do Estado, alguns chamam a atenção pelas situações curiosas envolvendo as partes, além dos motivos banais que levaram a ação a ser ajuizada. Em um caso, por exemplo, uma mulher entrou com ação de danos morais por causa de R\$ 4.

A maior preocupação dos magistrados que atuam nessa esfera da Justiça é a cultura de judicialização enraizada no Brasil. Hoje, segundo eles, qualquer aborrecimento é motivo para que o fato se torne mais um dos processos que os juizes preci-

Segundo o juiz do 4º Juizado Especial Cível de Cariacica, Adriano de Mello, as ações com menor relevância, por demandarem o mesmo tempo que o processo comum, fazem com que sejam investidos esforços que poderiam ser usados para tratar de demandas mais urgentes.

“Por ser uma esfera da Justiça que tem as pequenas causas como preferência, é inevitável que nos cheguem processos com menos relevância. A gente acaba tendo que investir a mesma energia que seria investida em uma ação mais complexa”, avaliou.

As ações ajuizadas que tramitam nos juizados especiais cíveis não têm custos quando o valor da causa é de até 20 salários mínimos. Esse é um dos motivos apontados pelos juizes como sendo um dos principais fatores que fazem as pessoas buscarem a Justiça com maior frequência.

A juíza Giselle Onigkeit, coordenadora dos juizados especiais cíveis, disse que a parte sempre olha pela ótica dela como vítima.

No caso em que a mulher entrou na Justiça por conta de R\$ 4, em 2016, o valor veio cobrado a mais na fatura de seu cartão de crédito.

Ela, que é moradora de Cariacica, pediu indenização moral de R\$ 10 mil. O caso foi parar na 2ª Turma Recursal dos juizados especiais cíveis, uma espécie de segunda instância dos juizados.

Relator do processo, o juiz Marcelo Pimentel disse que o advogado da mulher tentou manter a versão de que ela teria sofrido abalo moral com a situação. “No meu entender, houve tentativa de lucrar com situação. Vi o fato com mero aborrecimento do cotidiano. Neguei a indenização”, disse.

Na Grande Vitória, os juizados especiais cíveis já receberam ações de brigas de vizinhos, clientes insatisfeitos e até confusão por causa de miniovo de Páscoa.



FERNANDO RIBEIRO/AT

CIDADÃO com dinheiro na mão: o juiz Marcelo Pimentel (destaque) foi relator de ação em que uma mulher pediu danos morais por causa de R\$ 4 a mais no cartão de crédito



OUTROS CASOS CURIOSOS



Juiz paga táxi para entregar cão

Após brigar com sua ex-mulher e ter uma medida protetiva expedida contra ele, um morador da Grande Vitória levou o cachorro do casal para que o juiz o devolvesse à sua ex. Ele chegou ao Fórum com uma mala com os pertences do cãozi-

nho, além da ração do animal.

Ele disse que, como não podia chegar perto da ex, e precisava trabalhar, o magistrado que tomasse conta do bicho. O juiz pagou um táxi para que o cachorro fosse levado para a casa da mãe do morador.

Oferta de caranguejo

Em 2016, um morador de Cariacica entrou na Justiça após um site de compras on-line ter oferecido 100 caranguejos por R\$ 0,06 cada. O homem, para comemorar seu aniversário, comprou 100 cupons na oferta. Porém, sua com-

pra foi cancelada, sem aviso prévio, sob a alegação de que havia limite para compra de unidade, o que, segundo ele, não constava no site. Ele foi indenizado em R\$ 1 mil por danos morais. O processo foi julgado no mesmo ano.



Indenização à sogra

Em 2015, a juíza do 3º Juizado Especial Cível da Serra, Cinthya Coelho Laranja, condenou um morador a indenizar a sogra, após ele ter supostamente usado a senha bancária dela.

Ele teria se aproveitado da dificuldade que a sogra tinha para lidar com assuntos tecnológicos.

O processo foi julgado ainda no mesmo ano, e o homem teve de pagar uma reparação por danos morais de R\$ 2 mil, com acréscimo de juros e correção monetária. Ele ainda teve que devolver os valores retirados da conta da mulher.



Miniovos de Páscoa

Um homem ingressou com ação no 4º Juizado Especial Cível de Cariacica solicitando o cumprimento de uma oferta feita por um shopping do município, onde, segundo ele, teria direito a receber miniovos de Páscoa para cada gasto em determinado valor, mas não recebeu. O homem também queria indenização por danos morais. O juiz entendeu que ele tinha direito aos miniovos e condenou a loja a entregar, mas negou o pedido de danos morais. O processo foi julgado este ano.

Sujeira de cachorro

Depois de ser atingida com cocô de cachorro por seu vizinho, em 2015, após uma briga sobre o cão do agressor, uma moradora da Grande Vitória foi indenizada em R\$ 3 mil.

O processo tramitou em Vitória. Na ação, a mulher alegou que a confusão aconteceu porque, embora ela já tivesse alertado para a proibição, o homem continuava a deixar que o cachorro sujasse a calçada dela.

Fonte: Juizes consultados.

JUDICIALIZAÇÃO DE CONFLITOS

Gratuidade usada para tirar proveito

Aproveitando a gratuidade dos juizados especiais cíveis – para causas de até 20 salários mínimos (R\$ 18.740) – algumas pessoas veem na abertura de um processo a possibilidade de tirar proveito da Justiça, esquecendo-se de que alguém precisa pagar a conta dos serviços oferecidos.

Segundo o presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages), juiz Ezequiel Turbido, pensar que a Justiça é totalmente gratuita é um equívoco.

O magistrado alerta que, embora o rito processual não tenha custas para o cidadão, quem acaba pagando a conta, segundo Turbido, é o Estado.

Turbido ressalta todo o trabalho que é investido para que o andamento de um processo seja garantido. “Não é apenas chegar e ajuizar uma ação. O processo não para no protocolo, ele tem vários andamentos. Com isso, é feito uso de pessoal, de papel e de outros serviços que poderiam ser economizados com causas importantes”, frisou.

Segundo a juíza Trícia Navarro Xavier, que integra a Comissão Acadêmica do Fórum Nacional de Mediação e Conciliação (Fonamec),

por conta da simplicidade da tramitação das ações, os juizados especiais cíveis estão começando a receber demandas com maior grau de complexidade, e os processos que poderiam ser resolvidos com a conciliação acabam atrapalhando o trabalho dos magistrados.

PRUDÊNCIA

“As pessoas precisam ser prudentes na hora de ir buscar seus direitos. Tem de pesar o que realmente é necessidade. Uma ação envolvendo R\$ 4, como já aconteceu, toma espaço de uma ação por medicamento para alguém que luta pela vida, por exemplo”, ressaltou a juíza Trícia Navarro Xavier.

Já Ezequiel Turbido enfatiza que a cultura de judicialização implantada no Brasil tem causado “inchaço” no Judiciário.

“Hoje, o País tem cerca de 100 milhões de ações ativas nos sistemas da Justiça. Se pensarmos que cada processo tem mais de uma parte, chegamos a quase toda a nação com demandas no Judiciário”.

Já o juiz Paulo Abiguenem Abib, titular do 4º Juizado Especial Cível de Vitória, acredita que os cidadãos precisam ter mais cautela.



A JUÍZA Trícia Xavier disse que juizados especiais cíveis estão recebendo demandas com maior grau de complexidade

Juízes apostam na conciliação

Preocupado com a judicialização de questões que podem ser resolvidas por meio da conciliação, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) criou o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), que é coordenado pela desembargadora Janete Vargas Simões.

A ideia do Nupemec é aprimorar as políticas de conciliação e efetivá-las na resolução de conflitos pelos métodos consensuais, com a

realização de mutirões, de forma a disseminar a cultura da conciliação, segundo o texto do projeto.

Outra medida tomada pelo TJ-ES foi a criação de Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs). Espalhados pelas comarcas do Estado, os centros evitam que os processos cheguem ao juiz sem que haja realmente necessidade, por meio da conciliação entre as partes.

O Judiciário também apostou no

desenvolvimento de políticas de integração com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e outros órgãos da Justiça do Espírito Santo, além do Poder Executivo.

A capacitação, treinamento e atualização permanente de magistrados, servidores, conciliadores e mediadores nos métodos consensuais de solução de conflitos, além do incentivo à realização de cursos e seminários sobre o tema, também são esforços do Judiciário para evitar o acúmulo de ações nos juizados especiais cíveis e demais varas das comarcas do Espírito Santo.

MUTIRÕES

Durante os mutirões de conciliação realizados pelo TJ-ES, as partes são levadas a fechar acordo antes que o processo tramite efetivamente.

Na hora das mediações, são apresentados os benefícios de evitar a judicialização dos conflitos.

A juíza Trícia Navarro Xavier disse que “esse é um caminho longo, mas que promete resultados positivos”. “A principal aposta é na conscientização dos cidadãos, alertando para os desgastes que uma ação judicial pode proporcionar para os envolvidos”, destacou a magistrada.



DESEMBARGADORA Janete Simões coordena núcleo que busca conciliações

COMO ABRIR UM PROCESSO NA JUSTIÇA

Central funciona de 2ª a 6ª

Tramitação

- > **ABERTURA DO PROCESSO:** para entrar com uma ação em um dos juizados especiais cíveis do Estado é preciso apresentar documentação pessoal, comprovante de residência e documentos que comprovem os danos.
- > **ATENDIMENTO:** com os documentos em mãos, a parte deve fazer um relato dos fatos ao servidor que o atender na ocasião.
- > **INDENIZAÇÃO:** durante o atendimento, o cidadão deverá especificar que tipo de indenização pretende, danos morais ou materiais, além do valor pretendido da reparação.
- > **GRATUIDADE DO PROCESSO:** só será garantida para as causas com valo-

- res de até 20 salários mínimos (R\$ 18.740). Passado esse limite, a parte deve arcar com as custas de um advogado. Os juizados só recebem ações de até 40 salários (R\$ 37.480).
- > **ANDAMENTO:** após averiguação da documentação e da comprovação de que a parte tem direito à gratuidade, a ação se transforma em petição inicial, é cadastrada e distribuída.
- > **CENTRAL:** funciona na rua juiz Alexandre Martins Castro Filho, nº 130, Bairro Santa Luzia. A Central de Abertura de Processos dos Juizados Especiais é responsável pelo recebimento e distribuição das ações. O funcionamento do local é de segunda a sexta-feira, das 8h às 18 horas.

FALA, LEITOR!

FOTOS: DAYANA SOUZA/AT



ALEXANDRE OLIVEIRA, 35 anos, montador

“Não justifica entrar na Justiça por um valor tão pequeno. Eu, por exemplo, não entraria com um processo por R\$ 4”



MILTON DA COSTA, 21 anos, vendedor

“A mulher não deve ter entrado pelo valor, mas pelo aborrecimento. Acho que ela não espera a mudança na fatura”



ANA CLÁUDIA SENA, 59 anos, aposentada

“É errado ocupar a Justiça por um valor tão baixo. Ocupam juízes sem necessidade, tirando a oportunidade de outras pessoas”



NILZABETE DA SILVA, 61 anos, doméstica

“Não é legal entrar na Justiça por isso. Acho que toma tempo de todo mundo, né? Os juízes já têm de decidir tanta coisa...”

ANÁLISE

“O Judiciário precisa combater a indústria do dano moral”

“A possibilidade de ajuizar ações de menor valor econômico e de não precisar contratar advogado para isso democratiza o acesso à Justiça, pois permite que todas as pessoas busquem seus direitos. O problema é que ações inexpressivas são levadas ao conhecimento do Judiciário por pessoas que, muitas vezes, aproveitam-se do fácil acesso para

tentar ganhar indenizações sem terem, de fato, sofrido qualquer dano. Isso superlota a Justiça, mas é mais um problema do usuário dos serviços judiciários do que propriamente da lei, que é genuína em seu objetivo de criar mecanismos para ampliar o acesso da população a seus direitos.

Ao acionar a Justiça por meio dos

juizados de pequenas causas, as pessoas precisam ter consciência do que estão fazendo. O Judiciário, por sua vez, precisa combater a indústria do dano moral e até punir quem a busca a fim de simplesmente levar vantagem. Gastam-se dinheiro e trabalho para movimentar a máquina judiciária. Isso precisa ser levado a sério.”

Ricardo Pessanha, Advogado especialista em Direito Público



AMEAÇA VIRTUAL

Ciberataque mundial deixou pelo menos 200 mil vítimas em 150 países

Mais de 1,3 milhão de computadores permanecem vulneráveis desde sexta-feira

▄ Mais de 1,3 milhão de computadores permanecem vulneráveis ao ataque cibernético que começou na última sexta-feira, e atingiu pelo menos 200 mil alvos em 150 países ao redor do mundo. Os números foram divulgados

pelo site inteligência cibernética "Digital Shadows".

O ataque paralisou hospitais, interrompeu redes de transporte e imobilizou negócios ao redor do mundo, como a rede da espanhola Telefônica, conforme informou, neste domingo, a Europol. O diretor da Europol, Rob Wainwright, afirmou que o vírus do tipo ransomware, que explora essa fra-

queza e bloqueia os arquivos até o pagamento de um resgate, foi usado em combinação com "uma funcionalidade de worms" para que a infecção se espalhasse automaticamente.

No Brasil, o serviço mais afetado foi o atendimento da Previdência Social. O sistema do INSS foi desligado preventivamente e ainda não foi normalizado. Segun-

do a Dataprev, órgão responsável pela área de tecnologia da Previdência Social, isso deve ocorrer esta semana.

EUA CULPADO?

O principal advogado da Microsoft, Brad Smith, está colocando parte da culpa pelo ataque virtual ocorrido na sexta-feira no governo dos Estados Unidos. Ele criticou as agências de inteligência norte-americanas,

a CIA e a Agência de Segurança Nacional, por armazenarem o código de um software que pode ser usado por hackers.

Especialistas em segurança cibernética dizem que os hackers que lançaram os ataques com o uso de ransomware utilizaram uma vulnerabilidade que foi exposta pela Agência de Segurança Nacional em documentos que vazaram on-line. Em um post no blog da Microsoft, Smith escreveu: "Um cenário equivalente com armas convencionais seria os militares dos EUA terem alvos dos seus mísseis Tomahawk roubados". O advogado de Microsoft disse que os governos devem relatar vulnerabilidades que descobrem a companhias de software. (Com agências O Globo e Estado)

Consequências também no Estado

▄ As consequências do ciberataque também chegaram ao Espírito Santo. Para evitar o sequestro de dados, alguns órgãos públicos e prefeituras, como o INSS, Ministério

Público do Espírito Santo, Sines e prefeituras de Vila Velha e Vitória, decidiram paralisar seus serviços de internet total ou parcialmente até que a ameaça seja afastada.

Sites de Tribunais brasileiros ficam fora do ar em dois estados após ciberataque

Página do Espírito Santo retornou atividades após ataques em ao menos 150 países. INSS relatou atrasos 'pontuais' em agências.

Após o ciberataque mundial que atingiu ao menos 150 países na sexta-feira (12), os sites dos Tribunais de Justiça de Roraima e do Espírito Santo ficaram fora do ar na manhã desta segunda-feira (15).

Os ataques atingiram hospitais públicos na Inglaterra, causaram a interrupção do atendimento do INSS e afetaram empresas e órgãos públicos de 14 estados brasileiros mais o Distrito Federal.

O INSS informou que o ataque pode "ocasionar atrasos pontuais no atendimento das agências" de todo o país porque o sistema está sendo reiniciado aos poucos em Brasília. O órgão declarou ainda que nenhuma informação de contribuintes foi acessada pelos hackers. Agências do INSS no Paraná ficaram sem sistema e sem atendimento nesta segunda.

O site do Tribunal de Justiça de Roraima voltou a funcionar às 11h (12 de Brasília), seguindo a previsão indicada por eles horas antes. Os prazos processuais foram suspensos de sexta-feira (12) a domingo (14).

Já o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) informou via assessoria que a presidência da Corte ainda apura os prejuízos com a suspensão do sistema e não pode afirmar se algum prazo processual foi suspenso. No Espírito Santo, além do TJ-ES, o Ministério Público estadual (MP-ES) e a Prefeitura de Vila Velha tiraram seus sites do ar como medida preventiva de segurança. Na manhã desta segunda, os sites do MP-ES e da Prefeitura de Vila Velha funcionavam normalmente.

Além dos dois sites, na sexta-feira, logo após o ataque, os Tribunais de Justiça de São Paulo, Sergipe, Amapá, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Piauí, Bahia e Santa Catarina, além do Ministério Público de São Paulo, também haviam tirado suas páginas do ar.

Embora o site do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) tenha voltado a funcionar, o órgão informou que mantém o bloqueio de recebimento de emails externos. A medida foi tomada na sexta-feira, conforme o TJSC, de maneira preventiva.

Enquanto isso, o de Sergipe alerta em sua página que "em virtude da indisponibilidade dos sistemas do Tribunal de Justiça de Sergipe na última sexta-feira, 12/05, a partir das 16h, como medida preventiva ao ataque de vírus na rede mundial de computadores, os prazos processuais vencidos naquela data, foram prorrogados para o dia de hoje, 15/05."

Já o de Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) informou que, como medida de prevenção ao ciberataque, na manhã desta segunda-feira (15), cerca de 5 mil computadores da instituição passam por atualização automática.

Segundo o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJ-MS) os envios e recebimentos de e-mails foram suspensos entre as 16h e 0h de sexta-feira por precaução. O serviço foi restabelecido ainda no fim de semana. Já de acordo com a assessoria do Ministério Público de Mato Grosso do Sul (MP-MS), o site foi retirado do ar por precaução, apenas para usuários externos. A rede interna funcionou normalmente na sexta-feira. Ambos estão funcionando normalmente nesta segunda-feira (15).

Site do Tribunal de Justiça do ES amanhece fora do ar após ser desativado para prevenir ciberataques

Onda de ciberataques afetou sistemas de quase 100 países na sexta-feira (12). O site voltou ao ar no final da manhã, mas serviços que dependem de e-mail, como a ouvidoria, ainda estão comprometidos.

O site e do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) amanheceu suspenso nesta segunda-feira (15), após ser desativado como forma de prevenção à onda de ciberataques que afetou sistemas de quase 100 países na sexta-feira (12). A página voltou a funcionar no final da manhã, mas os serviços que dependem de e-mail, como a ouvidoria, seguem suspensos.

No site, o diário e a consulta processual voltaram a funcionar. Mas, internamente, os servidores seguem sem serviço de correio eletrônico.

Empresas de quase 100 países, incluindo o Brasil, foram alvos de ciberataques em “larga escala”, segundo a empresa de segurança russa Kaspersky Lab. Os ataques afetaram hospitais públicos na Inglaterra e outros sistemas ao redor do mundo.

No Espírito Santo, além do TJ-ES, o Ministério Público estadual (MP-ES) e a Prefeitura de Vila Velha tiraram seus sites do ar como medida preventiva de segurança.

Nesta segunda-feira, os sites do MP-ES e da Prefeitura de Vila Velha já estavam funcionando normalmente. Segundo a assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça a presidência do órgão ainda apura os prejuízos com a suspensão do sistema e não pode afirmar se algum prazo processual foi suspenso.

Tribunal de Justiça do ES suspende prazos processuais após site ficar fora do ar

Onda de ciberataques afetou sistemas de quase 100 países na sexta-feira (12). Site voltou ao ar no final da manhã, mas alguns serviços ainda estão comprometidos

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) informou que suspendeu os prazos processuais de sexta-feira (12) e desta segunda-feira (15) após o site ter sido desativado como forma de prevenção à onda de ciberataques que afetou sistemas de quase 100 países na sexta-feira (12).

A página amanheceu fora do ar nesta segunda-feira (15), mas voltou a funcionar no final desta manhã. Entretanto, os serviços que dependem de e-mail, como a ouvidoria, seguem suspensos.

No site, o diário e a consulta processual voltaram a funcionar. Mas, internamente, os servidores seguem sem serviço de correio eletrônico.

Empresas de quase 100 países, incluindo o Brasil, foram alvos de ciberataques em “larga escala”, segundo a empresa de segurança russa Kaspersky Lab. Os ataques afetaram hospitais públicos na Inglaterra e outros sistemas ao redor do mundo.

No Espírito Santo, além do TJ-ES, o Ministério Público estadual (MP-ES) e a Prefeitura de Vila Velha tiraram seus sites do ar como medida preventiva de segurança.

Nesta segunda-feira, os sites do MP-ES e da Prefeitura de Vila Velha já estavam funcionando normalmente.

Site do TJES continua fora do ar e ataque cibernético pode fazer mais vítimas nesta segunda

Este é um dos maiores ataques virtuais da história da internet, e atingiu pelo menos 150 países, segundo agências de notícias internacionais

Um ataque cibernético atinge computadores de todo o mundo, desde o fim da última semana, e os sites do Ministério Público do Espírito Santo (MPES), do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) e da Prefeitura de Vila Velha foram tirados do ar última sexta-feira (12). Na manhã desta segunda-feira (15), apenas o site do TJES continua fora do ar. Segundo autoridades europeias, o ataque foi cometido por criminosos e não por terroristas. Eles se aproveitaram de uma falha no sistema Windows, que foi consertado em março deste ano. Quem não atualizou o Windows ficou vulnerável e acabou sendo atingido.

O vírus 'embaralha' os arquivos do computador e pede que seja feito um pagamento para restaurar os arquivos e recuperar o sistema. Os suspeitos de terem cometido esse ataque ainda não foram encontrados e a dica é manter o Windows atualizado para o computador não ficar vulnerável.

O ataque pode aumentar nesta segunda-feira

O diretor do Serviço Europeu de Polícia (Europol), Rob Wainwright, declarou no domingo (14) que o ciberataque já deixou 200 mil vítimas em "pelo menos 150 países" e advertiu que o número de atingidos continuará crescendo a partir desta segunda-feira (15). As informações são da agência de notícias EFE.

Em declarações à emissora britânica ITV, Wainwright advertiu que o vírus continuará se propagando "quando as pessoas voltarem ao trabalho e ligarem seus computadores a partir de segunda-feira".

O software malicioso que se propagou na sexta-feira bloqueou os computadores em numerosos centros de saúde no Reino Unido, bem como em empresas e órgãos públicos na Espanha, França, Alemanha e Rússia, entre outros países. "Fazemos cerca de 200 operações globais por ano contra o crime cibernético, mas nunca vimos nada como isto", disse Wainwright.

O responsável da Europol alertou que o setor de saúde está especialmente exposto a ataques similares, e recomendou que todas as organizações deem prioridade a medidas para proteger seus sistemas e atualizem as versões do software com o qual trabalham. "Advertimos já há algum tempo que o setor de saúde em muitos países é particularmente vulnerável e é responsável por processar uma grande quantidade de informação sensível", detalhou o diretor da Europol.

Este último ciberataque em grande escala "serve para enviar uma mensagem muito clara: todos os setores são vulneráveis e devem levar absolutamente a sério a necessidade de funcionar com sistemas atualizados e instalar todas as atualizações disponíveis", disse Wainwright.

O chefe da Europol citou os bancos como um setor de referência, que aprendeu a lidar com as ameaças cibernéticas. "Poucos bancos na Europa, se é que houve algum, foram afetados por este ataque, porque aprenderam a partir da dolorosa experiência de serem o alvo número 1 do cibercrime", disse o funcionário britânico.

O diretor do Serviço Europeu de Polícia indicou que os investigadores trabalham com a hipótese de que o ataque de sexta-feira foi cometido por criminosos, não por terroristas, e assegurou que os responsáveis receberam uma quantidade "notavelmente baixa" de pagamentos em conceito de recompensa para desbloquearem os computadores.

As vítimas do ciberataque viram que suas máquinas ficaram bloqueados e que os hackers pediam um resgate em moeda digital, o 'Bitcoin', para que pudessem recuperar seus arquivos. A ministra do Interior do Reino Unido, Amber Rudd, recomendou aos numerosos hospitais e centros de saúde afetados no Reino Unido que "não pagassem" o valor exigido pelos criminosos cibernéticos.

Site do TJES volta a funcionar após ser desativado contra ataques cibernéticos

Sites do MPES e da prefeitura de Vila Velha também chegaram a ser retirados do ar como forma de prevenção contra os ataques cibernéticos que atingiram computadores de todo o mundo

O site do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) voltou a funcionar no final da manhã desta segunda-feira (15). Ele foi desativado na tarde da última sexta-feira (12) como medida preventiva contra os ataques cibernéticos que estão atingindo computadores de todo o mundo.

Além do endereço virtual do TJES, os sites do Ministério Público do Espírito Santo (MPES) e da Prefeitura de Vila Velha também foram retirados do ar, mas já estão com funcionamento normal.

Autoridades europeias afirmaram que o ataque foi cometido por criminosos e não por terroristas. Eles se aproveitaram de uma falha no sistema Windows, que foi consertado em março deste ano. Quem não atualizou o sistema operacional ficou vulnerável e acabou sendo atingido.

O vírus 'embaralha' os arquivos do computador e pede que seja feito um pagamento para restaurar os arquivos e recuperar o sistema.

Os suspeitos de terem cometido esse ataque ainda não foram encontrados e a dica é manter o Windows atualizado para o computador não ficar vulnerável.

O ataque pode aumentar nesta segunda-feira

O diretor do Serviço Europeu de Polícia (Europol), Rob Wainwright, declarou no domingo (14) que o ciberataque já deixou 200 mil vítimas em "pelo menos 150 países" e advertiu que o número de atingidos continuará crescendo a partir desta segunda-feira (15). As informações são da agência de notícias EFE.

Em declarações à emissora britânica ITV, Wainwright advertiu que o vírus continuará se propagando "quando as pessoas voltarem ao trabalho e ligarem seus computadores a partir de segunda-feira".

O software malicioso que se propagou na sexta-feira bloqueou os computadores em numerosos centros de saúde no Reino Unido, bem como em empresas e órgãos públicos na Espanha, França, Alemanha e Rússia, entre outros países. "Fazemos cerca de 200 operações globais por ano contra o crime cibernético, mas nunca vimos nada como isto", disse Wainwright.

Com informações da Agência Brasil

Advogados divergem de Gilmar sobre lista fechada

Presidente do TSE defende votação somente em partidos, mas candidatos a vaga de juiz no TRE são contrários ao modelo

Caio Miranda

Os advogados Ricardo Pessanha, Wilma Bou-Habib e Américo Mignone são contrários à modalidade de votação por lista fechada - quando os partidos listam políticos e os eleitores votam somente nas legendas.

Esse é um dos pontos de maior polêmica do relatório de reforma política da Câmara Federal, apresentado no início de abril pelo deputado Vicente Cândido (PT-SP).

O ministro Gilmar Mendes, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), disse recentemente que a lista aberta vem trazendo maus resultados e defendeu a implantação da lista fechada.

Para Ricardo Pessanha, o modelo, que o relatório sugere ser aplicado já no pleito de 2018, distancia o eleitor da classe política.

"É completamente impessoal. Na medida em que os candidatos são selecionados pelos líderes partidários, eles estão mais inclinados a colocar nomes seguros".

A advogada Wilma Bou-Habib acredita que, com o cenário político atual, uma mudança não cabe-



RICARDO PESSANHA, Wilma Bou-Habib e Américo Mignone compõem lista que passará por avaliação do TSE

ria em discussão no momento.

"E a lista aberta é mais transparente, permite ao cidadão um diálogo mais direto com sua representação", completou a advogada.

O advogado Américo Mignone refuta a lista fechada, argumentando que o modelo não demonstra o desejo do eleitorado.

"Uma relação preferencial de candidatos pelos partidos e a vin-

culação do voto na legenda pode distanciar o resultado da eleição da vontade da maioria dos eleitores, contrariando o objetivo de um País democrático", destacou.

LISTA

Os três advogados compõem a lista triplíce para juiz eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-ES). Eles foram eleitos pelo Pleno

do Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES) no dia 22 de abril.

A lista triplíce passará por análises do TRE-ES e do TSE. A tramitação deve demorar cerca de um mês, segundo Ricardo Pessanha.

Após as análises, ela será enviada para o presidente Michel Temer (PMDB), que escolherá somente um deles para assumir o cargo de juiz eleitoral do TRE-ES.

Ricardo Pessanha

- ▷ GRADUADO em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).
- ▷ PÓS-GRADUADO em Direito Público, pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV).
- ▷ DESDE 2009 é sócio na Coelho & Pessanha Advogados.
- ▷ PROFESSOR UNIVERSITÁRIO em diversas faculdades capixabas.
- ▷ JÁ FOI procurador de Linhares, Viana e Cachoeiro de Itapemirim.



Wilma Bou-Habib

- ▷ FORMADA EM DIREITO na Ufes, onde também completou lato sensu em Direito do Estado.
- ▷ SÓCIA-FUNDADORA do Escritório de Advocacia Schneebell, Gimeses, Bou-Habib e Moraes e do Ghequer Bou-Habib advogados.
- ▷ PROCURADORA Municipal de Vitória desde 1992.
- ▷ FOI JUÍZA ELEITORAL entre 2015 e 2017.



Américo Mignone

- ▷ FORMADO em Direito pela Universidade de Vila Velha (UVV).
- ▷ MESTRANDO em História Social das Relações Políticas pela Ufes.
- ▷ PROCURADOR de Guarapari desde 2013.
- ▷ TAMBÉM foi procurador em Muniz Freire, Aracruz e Serra.
- ▷ PRESIDENTE da Associação de Procuradores Municipais Estatutários de Guarapari (Apromeg).



	1 Qual o modelo ideal de financiamento de campanha?	2 Defende a votação em lista fechada?	3 Como avalia o fim do foro privilegiado?	4 A lei de abuso de autoridade aprovada pelo Senado atende à expectativa da sociedade?	5 Qual é a importância da Operação Lava a Jato no combate à corrupção?
RICARDO PESSANHA Pós-Graduado Professor Universitário	"Uma das formas reduzir a corrupção no financiamento de campanhas, independente do modelo, é a adoção de medidas para baratear as disputas, por meio de limites de gastos, redução do período eleitoral e da propaganda política; e aprimorar a transparência, a fiscalização e as sanções".	"O sistema de lista fechada torna mais difícil para os eleitores monitorarem malfeitos de políticos em grandes distritos. Sobre tudo, porque os eleitores depositam seus votos nos partidos e assim a ligação individual com a eleição e reeleição dos políticos e seus desempenhos é enfraquecida".	"A questão da impunidade e da demora nos julgamentos pode ser combatida com outros mecanismos não tão radicais. A definição de um rol de crimes a serem retirados da lista da prerrogativa, como corrupção, caixa 2 e peculato seria uma hipótese que produziria um resultado mais eficiente".	"O principal ponto de celeuma foi retirado do projeto, que era a possibilidade de se criminalizar a interpretação jurídica, o chamado "crime de hermenêutica". Do projeto aprovado, não vejo pontos que podem produzir efeitos concretos contra qualquer operação que ocorra dentro dos limites da lei".	"Em especial pelo apoio popular adquirido, a operação "ganhou vida própria" e não mais se submete aos humores ou interesses de um determinado grupo político detentor do poder. Ela, enfim, mostrou que um trabalho sério e comprometido pode trazer ao País um resgate imenso".
WILMA BOU-HABIB Procuradora Municipal de Vitória	"É o mais aberto, em que o Estado apenas controla e provê transparência e não o que proíbe, pois, a proibição ignora a imensidão da criatividade da burla. Ele deve incluir a doação de particulares, pessoas físicas e jurídicas, além da distribuição do fundo partidário proporcional".	"Não. A lista aberta é mais transparente, permite ao cidadão um diálogo mais direto com sua representação. A lista fechada demanda mais discussão e educação para participação na política. Não acho que este é o momento para decidir isso, mas vale apresentar como uma possibilidade".	"O bom senso recomenda a revisão do foro deferido aos agentes públicos, pois este deixou de ser um foro por prerrogativa de função, para ser um foro pessoal privilegiado (na maioria dos casos). Não há justificativa para a amplitude do foro conferido aos nossos agentes públicos".	"Mesmo considerando a circunstância do País e o desejo de todos nós de que não haja interferência no andamento da Lava a Jato, a lei atende sim à expectativa da sociedade, notadamente porque foi retirado o tema mais polêmico que era a criminalização da interpretação de lei".	"Ela deu ao Brasil a percepção de que é possível investigar a corrupção numa escala nunca antes enfrentada. Trouxe também a percepção de que os dias de impunidade estão datados. Parece ser um primeiro passo na construção de um Estado voltado para a cidadania".
AMÉRICO MIGNONE Procurador de Guarapari	"A proibição de doação de empresas foi um grande avanço, mas é preciso evoluir em outras plataformas, como o fundo partidário e o modo de realização da propaganda eleitoral, compatibilizando receitas e despesas, e viabilizando que as informações cheguem com eficiência ao eleitor".	"O momento de crise que atravessamos e o funcionamento verificado em algumas estruturas partidárias não recomendam a votação em lista fechada. Uma relação preferencial de candidatos pelos partidos pode distanciar o resultado da eleição da vontade da maioria dos eleitores".	"É preciso atualizar a legislação nesse sentido. Não há fundamento jurídico ou político que justifique a manutenção dessa prerrogativa pelo simples exercício de alguns cargos públicos. Ademais, a tramitação dos processos em instâncias iniciais do Poder Judiciário tende a ser mais célere".	"Esse projeto pode não atender ao interesse da sociedade em torno da matéria e configurar retaliação a instituições. O aperfeiçoamento das normas para modernização de procedimentos e sistemas é positivo, desde que não signifique restrição ou usurpação de garantias constitucionais".	"A Operação Lava a Jato representa um marco jurídico, político e social na história do Brasil. Estamos percebendo com mais nitidez o funcionamento das instituições e nos confrontando com uma realidade que há muito se comentava, mas que pelo seu enraizamento tínhamos ser insuperável".

Parlamentares já estão de olho no orçamento estadual de 2018

Os deputados já começaram a apresentar emendas nesta segunda-feira, dia 15, para o Orçamento 2018 do Governo do Estado. A previsão de arrecadação é pouco mais de R\$ 16 bilhões. Eles indicam as emendas num ano, e passam todo o ano seguinte pedindo ao governador para que elas sejam executadas.

Segurança fantasma

Estão escondendo o que é real na Segurança Pública no Espírito Santo, mas os números mostram baixa eficácia da polícia do governo Paulo Hartung. Está tudo sucateado e com a PM fazendo a greve “branca”, a coisa está ficando “preta” para a população. O que é isto gente, cadê a nossa Segurança Pública?

Violência no trânsito

A violência no trânsito aqui no Espírito Santo está matando mais de que os acidentes. É que agora todo mundo anda armado no carro para assassinar as pessoas que discutem com elas no trânsito. É o que estamos assistindo no dia a dia nos noticiários da imprensa.

Afastamento de prefeita

O deputado estadual Enivaldo dos Anjos (PSD) vai pedir o afastamento da prefeita de São Gabriel da Palha, Ceia Ferreira (SD), por deixar a população do município sem atendimento à saúde compatível com as necessidades dos moradores. Na última quinta-feira (11), o Hospital e Maternidade Santa Rita, localizado em São Gabriel da Palha fechou as portas por falta de repasse de verbas federais.

Devolução de dólares

O Estado do Espírito Santo terá que devolver US\$ 200 mil, bem como o valor equivalente a dois veículos que foram apropriados indevidamente pelo Poder Judiciário. A decisão é da juíza federal Maria Cláudia de Garcia Paula Allemand, da 5ª Vara Cível Federal de Vitória. O Ministério Público Federal (MPF) denunciou o fato ocorrido no ano de 1994. O material foi apreendido com traficantes de drogas presos e acabou sendo usado de forma irregular pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo – (TJES).

Economizar sem doar

O presidente Erik Musso (PMDB) diz que vai conseguir economizar esse ano R\$ 5 milhões. Theodorico Ferreira (DEM) quando economizava, devolvia o dinheiro ao Executivo e tirava foto da entrega do cheque. Musso diz que não vai fazer isso. Vai usar o dinheiro para melhorar a infra-estrutura da casa. Uma das melhorias que Erik Musso quer fazer é reabrir o restaurante da ALES. A empresa que vai tocar é a quarta colocada na licitação feita ano passado. As três primeiras desistiram.

Regime domiciliar

Estudantes de qualquer nível de ensino que adotarem criança ou adolescente ou conseguirem guarda judicial para fins de adoção poderão ter as faltas compensadas durante 120 dias. O Projeto de Lei do Senado (PLS 395/2016), da senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), não recebeu emendas e poderá ter o texto original votado nesta quarta-feira (17) pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). Se aprovada, a matéria segue para análise em decisão terminativa na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), antes de ser submetida à apreciação da Câmara dos Deputados.

Pelo projeto, qualquer estudante que adotar ou obter guarda judicial “disporá de regime de exercícios domiciliares, como compensação para faltas a aulas presenciais”, pelo período de quatro meses, a partir da adoção ou da obtenção da guarda. O regime domiciliar consiste em acompanhamento pedagógico, com plano de trabalho e cronograma de atividades para o período do afastamento. O texto inclui, ainda, a necessidade de acompanhamento por profissional habilitado da instituição de ensino na qual o estudante está matriculado; utilização de recursos e estratégias de ensino à distância; avaliação presencial, preferencialmente em consonância com o calendário escolar e continuidade do recebimento de bolsa de estudo.

BRIGA JUDICIAL

“Carta não é de Camilo Cola”, diz empresário

Dono da Itapemirim acusa familiares do fundador de estarem por trás da denúncia

▄ **KLEBER AMORIM**
kamoreira@redgazeta.com.br

A disputa pelo grupo Itapemirim ganhou mais um capítulo ontem. Agora foi a vez de um dos três novos donos da empresa, Sidnei Piva, acusar alguns herdeiros de Camilo Cola de estarem por trás da carta divulgada em nome do patriarca da família, onde ele afirma que os atuais gestores teriam desviado R\$ 8,1 milhões da companhia.

Piva rebateu a acusação e disse que durante as administrações dos herdeiros, dos anos 90 até o ano passado, cerca de R\$ 50 milhões teriam sido desviados para contas de pessoas ligadas à família. O empresário não apresentou documentos à reportagem, mas afirmou que está tudo registrado no processo de recuperação da empresa que corre na Justiça estadual.

“Classifico como deses-



Ônibus da viação Itapemirim: frota da empresa tem cerca de 500 veículos ativos

pero deles. Nós da nova administração temos profunda admiração com o fundador que por diversas vezes foi muito agradável. Não acredito que tenha sido ele a fazer essas acusações, não é da índole dele”, disse Piva.

O empresário conta ainda que quando adquiriu a empresa em novembro de 2016, a mesma estava prestes a falir.

“Quando assumi, só a viação Itapemirim (uma das empresas do grupo), estava operando com apenas 72 carros para fazer o Brasil. Não tinha condição

de atender 20% do território nacional. Eram 390 ônibus na oficina, sucateados. Hoje estamos com 500 ônibus ativos”, disse.

“Estão querendo reaver a empresa por ego ferido, pois agora está tendo uma gestão profissional. Nunca imaginaram o grande poder do nome Itapemirim”, concluiu.

OUTRO LADO

O advogado de Camilo Cola, Marcelo Miranda, disse que as acusações sobre supostos desvios são mentirosas e afirmou que a carta é mesmo de autoria

de Camilo Cola.

Mensagem enviada na última sexta-feira, atribuída ao patriarca, informa que o mesmo irá à Justiça para tentar retomar o controle das empresas que estão atualmente em processo de recuperação judicial.

Segundo o texto, os novos donos serão denunciados ao Ministério Público Estadual (MPES) por terem supostamente desviado R\$ 8,1 milhões do caixa da empresa, utilizando a receita da venda de passageiros da Viação Itapemirim, braço mais rentável do grupo.

ENTENDA

▼ Crise

Há anos a Itapemirim estaria passando por séria crise financeira, que teve início após investidas malsucedidas em aviação. A fusão com a cachoeirense Kaissara seria uma tentativa de salvar a viação.

▼ Venda

Em junho de 2015, a Kaissara havia passado a operar cerca de 40% da frota e mais da metade das linhas da Itapemirim. No total, foram repassadas à Kaissara 68 das 118 linhas que eram operadas.

▼ Recuperação judicial

Em março de 2016, a Itapemirim protocolou pedido de recuperação judicial na 13ª Vara Cível Especializada Empresarial de Vitória. O processo envolve seis empresas.

▼ Decisão e compra

Em dezembro, a Justiça estadual determinou a

exclusão dos sócios da Kaissara e a transferência do controle aos novos acionistas da Itapemirim: Sidnei Piva, Milton Rodrigues e Camila de Souza. Até o ajuizamento do pedido, o grupo era gerido por Camilo Cola Filho.

Campanha de adoção busca novos lares para 140 crianças capixabas

Atualmente, no Espírito Santo, existem 855 casais habilitados em busca de um filho

Crianças com mais de 8 anos de idade, ou com algum problema de saúde, ou grupo de irmãos fazem parte de uma nova campanha de adoção lançada pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES). “Esperando por você” pretende sensibilizar as famílias capixabas de que 140 crianças que estão em abrigos também merecem um lar (veja fotos e vídeos no final da matéria).

A campanha, segundo o TJ-ES, dá voz a esses meninos e meninas, órfãos ou destituídos de suas famílias de origem e que já estão prontos para a adoção. Em vídeos exibidos na internet, no site do TJES, as crianças falam de suas qualidades, habilidades, potencialidades e sonhos.

A exposição também será feita em shoppings da Grande Vitória. A coordenadora da Comissão Estadual Judiciária de Adoção, Maria Inês Valinho de Moares, em entrevista à rádio CBN Vitória, falou dos desafios da adoção.

“São crianças maiores ou menores, mas que tem algum problema de saúde. Ou então estão inseridas em um grupo de irmãos, fatores que dificultam que elas sejam adotadas. Não temos a cultura ainda, infelizmente, da adoção tardia. É um vídeo que mostra criança de uma forma respeitosa, bem alegre, mostrando o potencial dela”, comenta.

Na sexta-feira (12), dois dias após os vídeos serem exibidos no site, mais de 60 casais procuraram o Tribunal de Justiça.

Atualmente, no Espírito Santo, existem 855 casais habilitados em busca de um filho. A campanha foi inspirada nos casos de sucesso obtidos nos Estados Unidos, Rússia, Bielorrússia e em outros Estados brasileiros. A cidade de Recife, por exemplo, implementou a campanha “Adote um Pequeno Torcedor”, apoiado pelo Sport Club. As crianças com mais de 7 anos que torcem para o clube ganharam visibilidade em vídeos transmitidos no estádio e na internet. Nos 6 primeiros meses, cinco foram adotadas.

Para acessar a matéria, clique no link abaixo:

<http://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/05/campanha-de-adocao-busca-novos-lares-para-140-criancas-capixabas-1014055434.html>

Campanha de adoção busca novos lares para 140 crianças capixabas

Atualmente, no Espírito Santo, existem 855 casais habilitados em busca de um filho

Crianças com mais de oito anos de idade, com algum problema de saúde, ou grupo de irmãos fazem parte de uma nova campanha de adoção lançada pelo Tribunal de Justiça (TJ-ES). “Esperando por você” pretende sensibilizar as famílias capixabas de que estas 140 crianças que estão em abrigos também merecem um lar. A coordenadora da Comissão Estadual Judiciária de Adoção, Maria Inês Valinho de Moares, fala dos desafios da adoção.

Atualmente, no Espírito Santo, existem 855 casais habilitados em busca de um filho. A campanha foi inspirada nos casos de sucessos obtidos nos Estados Unidos, Rússia, Bielorrússia e em outros estados brasileiros. A cidade de Recife, por exemplo, implementou a campanha “Adote um Pequeno Torcedor”, apoiado pelo Sport Club. As crianças com mais de 7 anos que torcem para o clube ganharam visibilidade em vídeos transmitidos no estádio e na internet. Nos 6 primeiros meses, cinco foram adotadas.

Para acessar a matéria, clique no link abaixo:

http://www.gazetaonline.com.br/cbn_vitoria/entrevistas/2017/05/campanha-de-adocao-bus-ca-novos-lares-para-140-criancas-101405244.html

POLUIÇÃO

125 MIL JOGAM ESGOTO NO MAR DE VITÓRIA

Relatório aponta 73 pontos de lançamento de esgoto in natura

de CARLA SÁ
carla.sa@redgazeta.com.br

Um problema longe de ser resolvido, o esgotamento sanitário em Vitória segue com muitas deficiências, enquanto a prefeitura e a Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan) não entram em acordo sobre responsabilidades e a situação da rede. Setenta e três pontos jogam esgoto direto no mar ou em rios, que também vão para o oceano, em 16 locais da cidade, 15 bairros e o Canal da Passagem, que vai desde a Grande Goiabeiras até a Praia do Canto – confira relação completa na página 4.

Os flagrantes estão nas fotos de um relatório produzido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semmam) em março de 2016 com base

em informações da Cesan e da própria prefeitura a que A GAZETA teve acesso. O documento aponta ainda números do esgotamento sanitário na Capital.

Em 2016, 38,3% da população jogava esgoto diretamente em rios, canais e mangues, caindo no mar, sendo que 27% não tinham feito a ligação e 11,3% não possuíam rede. O total de cobertura (população que tem a rede disponível) era de 88,7% no ano passado. Já o atendimento (percentual de habitantes com rede conectada), era de 69,6%. A população de Vitória é de 327.801, e o relatório mostra que, em 2016, 125.433 pessoas estavam fora da rede, o que significava 185,8 litros/segundo de esgoto in natura na orla

e 16.055.424 litros/dia.

Dos locais, lideram a lista Santo Antônio, com 12 pontos, e o Canal, com nove. Além de Santo Antônio e Canal da Passagem, há pontos de saída de esgoto em Andorinhas, Ilha das Caieiras, Ilha do Príncipe, Mário Cypreste, Centro, Grande Vitória, Ilha de Santa Maria, Inhagueta, São Pedro, Forte São João, Goiabeiras, Ilha de Monte Belo, Ariovaldo Favalessa e Maria Ortiz.

A reportagem esteve na Ilha das Caieiras e na Ilha do Príncipe e verificou que nessas regiões, ao menos, as saídas de esgoto in natura continuam abertas.

Um dos moradores que sofre com o esgoto caindo na baía na Ilha das Caieiras

é o aposentado Airton Jorge da Silva, 72. São 34 anos morando no bairro e o problema persiste desde então. “Os moradores sofrem e esse é um dos pontos mais bonitos de Vitória. É feio para o município receber os turistas com esse mau cheiro.”

Atualmente, a Cesan informa que a cidade conta com 90% de cobertura e 78% de atendimento.

BALNEABILIDADE

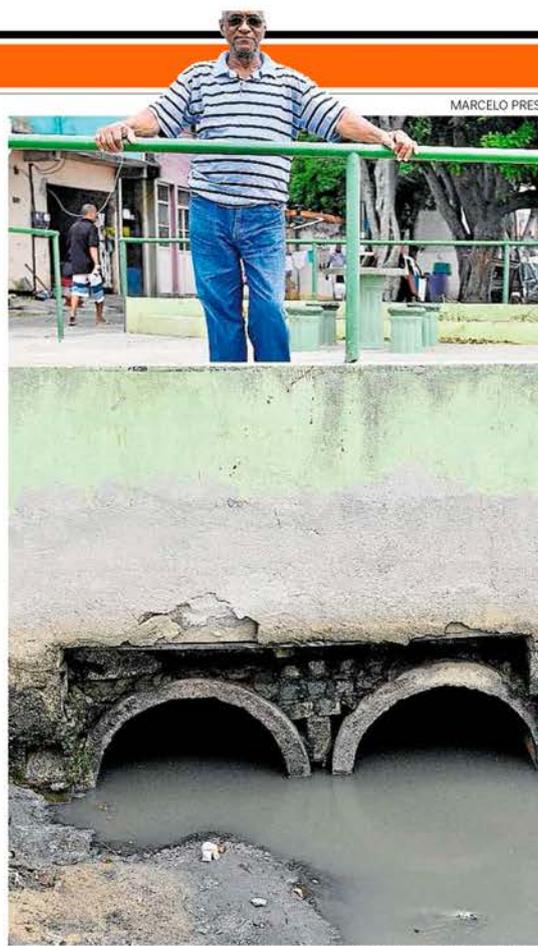
O levantamento que deu origem ao relatório foi feito no ano passado após um teste de balneabilidade mostrar que a Praia de Camburi estava totalmente imprópria para banho por contaminação por coliformes fecais, que chegam na água do mar pelo esgoto.

Na ocasião, só foram divulgados dados gerais de despejo de detritos das ci-

dades da Grande Vitória. Mas o documento mostra um raio-X mais completo da situação da Capital.

Sobre os 73 pontos identificados despejando esgoto in natura, o secretário de meio ambiente de Vitória, Luiz Emanuel Zouain, diz que as informações do relatório foram passadas à companhia há um ano, em um encontro em que foram discutidas questões sobre a água, e que o município entende que é dela o dever de resolver isso. “A Cesan não se manifestou. E qualquer situação onde haja esgoto no município, seja a céu aberto, na rede pluvial, de imóveis públicos ou privados, a responsabilidade é da Cesan.”

Entretanto, a Cesan informa que não recebeu o relatório. (Com colaboração de Caíque Verli)



O aposentado Airton Jorge critica o esgoto na Ilha das Caieiras



POLUIÇÃO

“CESAN NÃO TEM PODER DE OBRIGAR INTERLIGAÇÃO”

Diretor diz que repassa dados à prefeitura sobre imóveis não ligados

4 CARLA SÁ
carla.sa@redgazeta.com.br

O diretor de Engenharia e Meio Ambiente da Cesan, Amadeu Wetler, diz que a concessionária não recebeu o relatório preparado em março de 2016 pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Vitória, que mostra 16 locais com 73 pontos jogando esgoto diretamente em rios e no mar. Ele ressalta que existe um trabalho em conjunto da companhia e gestão municipal, com atividades que se complementam. A primeira oferece o serviço de tratamento e coleta. “Mas a Cesan não tem poder de polícia para obrigar a interligação. A prefeitura tem o poder de fiscalizar e multar”, afirma.

Amadeu explica que a concessionária troca informações com a administração do município, encaminhando dados sobre imóveis que ainda não realizaram a ligação, embora tenham rede disponível, e por isso estão irregulares. “No último ano, a gente passou a encaminhar por ofício.”

Ele diz que, atualmente, a Capital conta com 90% de cobertura, ou seja, esse é o percentual da população que tem a rede de esgoto disponível, e 78% de atendimento (já conectado a rede). Destaca que,

EM QUATRO ANOS

7 mil
É o número de interligações que foram feitas nos últimos quatro anos.

nos últimos quatro anos, com o programa Águas Limpas, foram feitas 7 mil ligações na cidade.

“Foi um investimento na ordem de R\$ 75 milhões em Vitória. Vale lembrar que em 2007 a cobertura era de 56%”, salienta.

INTEGRADO

Após o avanço da Capital, para despoluir a baía, entretanto, é preciso trabalhar também a situação do restante da Grande Vitória. O diretor da Cesan lembra que esgoto das outras cidades chega ao mar e o prejuízo não é só para a população de Vitória. “Hoje temos um projeto para a Grande Vitória, porque é preciso pensar integrado. Estamos avançando. Na Serra já temos uma PPP (Parceria Público Privado) que investe na rede de

esgoto, em Vila Velha acionamos esse ano também uma PPP e em Cariacica estamos em busca.”

Sobre a intenção da prefeitura da Capital de realizar um estudo para mudar a concessão de esgotamento sanitário e tratamento de água em Vitória (veja mais ao lado), Amadeu ressalta que é preciso pensar integralmente.

“Vitória não produz água, por exemplo. Os municípios da região têm que seguir um projeto com uma rede compartilhada de saneamento. Um estudo assim daria apenas uma visão de um recorte, muito particular de um problema que é amplo”, diz.

Retirada de concessão em Vitória está na Justiça

4 Vitória está avaliando a retirada da concessão de água e esgoto da Cesan. A prefeitura encomendou, em março, um estudo da situação da rede da cidade para a mudança de concessionária.

A Cesan acionou o Tribunal de Contas do Estado, que barrou o estudo baseando-se em uma lei estadual que diz que a companhia deve ser a única prestadora do serviço na região metropolitana por 50 anos – faltam 33. A prefeitura recorre.

“Queremos todos os dados e o estudo é necessário, precisamos disso para

ter um diagnóstico e fazer com que a cidade tenha um plano de despoluição definitivo”, diz o prefeito Luciano Rezende.



16 locais

com lançamento de esgoto direto na orla de Vitória

O relatório da prefeitura aponta que a situação acontece pelo menos em 15 bairros e no Canal da Passagem



VEJA NA WEB

www.gazetaonline.com.br



FOTOS
Veja fotos de alguns dos locais que lançam esgoto no mar.
leia.ag/esgoto



32 regiões

de bairros em morro sem esgotamento sanitário, segundo relatório, por:

- Não ter rede
- Interligações à rede que ainda não foram efetivadas, porque não possuem caixas ou falta de condições técnicas



Empresário condenado por sonegação fiscal está proibido de sair do país

Roland Feiertag é presidente de uma empresa de mármore localizada em Cachoeiro de Itapemirim

O Ministério Público Federal no Espírito Santo (MPF/ES) obteve medida cautelar que proíbe o empresário Roland Feiertag, presidente de uma empresa de mármore localizada em Cachoeiro de Itapemirim, no Sul do Estado, de sair do país sem autorização da Justiça, até o integral cumprimento da pena que cumpre por sonegação fiscal.

Ele foi condenado em 2015, a uma pena de dois anos de reclusão, convertida em prestação de serviços à comunidade pelo mesmo período e prestação pecuniária de aproximadamente R\$ 12 mil, além do pagamento de multa cujo valor atualizado é de R\$ 7.741,17.

O empresário, que possui nacionalidade libanesa, requereu a renovação de seu passaporte dias depois de ter dado início ao cumprimento de sua pena, o que, no entendimento do MPF, constitui demonstração concreta de intenção de viagem ao exterior a curto prazo.

As penas aplicadas a Roland estão em fase de cumprimento. Do total de 730 horas de serviços que devem ser prestados à comunidade, ele cumpriu 38h30. Já a pena de multa deverá ser paga em quatro parcelas e, até o momento, só duas foram quitadas.

O MPF entende que uma eventual saída do condenado do país pode comprometer a efetivação do cumprimento da pena, ainda que por período determinado de tempo. Além disso, o Código de Processo Penal estabelece que a pena restritiva de direitos (prestação de serviços à comunidade) deve ter carga horária semanal mínima, o que não seria atendido caso o empresário saísse do país.

SONEGAÇÃO

Roland Feiertag é presidente da empresa Braminex Brasileira de Mármore Exportadora S/A, localizada em Cachoeiro de Itapemirim. O empresário foi denunciado pelo MPF/ES e chegou a ser preso em 2007, quando a Polícia Federal deflagrou a Operação Monte Líbano.

De acordo com o MPF, o empresário cometeu crime contra a ordem tributária ao omitir informações relacionadas a Braminex no ato da apresentação da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), nos anos de 2004 e 2005. Foram ocultadas informações quanto ao imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ), contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), programa de integração social (PIS) e contribuição para financiamento da seguridade social (Cofins). A ação criminosa gerou uma dívida tributária de R\$ 104.851,63.

O outro lado

Por telefone, o empresário Roland Feiertag contestou a informação do MPF-ES de que tenha sido preso em 2007 por sonegação fiscal. Segundo ele, as acusações que o levaram à prisão em 2007 durante a operação Monte Líbano foram de evasão de divisas e corrupção. No entanto, o empresário afirma que foi absolvido dessas acusações em 2010.

Sobre a condenação de 2015 por sonegação fiscal, ele afirma que está cumprindo a pena e que não tem interesse em deixar o país. Feiertag disse ainda que não é libanês e que se naturalizou brasileiro aos 23 anos. A reportagem acionou o MPF-ES sobre as declarações do empresário e aguarda retorno. .

Casamento gay completa quatro anos

A regulamentação do casamento gay no Brasil completou quatro anos ontem com cerca de 15 mil registros oficializados. A Norma do Conselho Nacional de Justiça passou a valer nos cartórios do País em 14 de maio de 2013.

Entre 2014 e 2015, houve um aumento de 15,7% no número de casamentos homoafetivos, enquanto o de casais "tradicionais" cresceu 2,7%, de acordo com o IBGE.

Audiência para definir reajuste de pedágio

Rayza Fontes

Uma audiência pública com a Comissão Externa de Fiscalização da BR-101 da Câmara dos Deputados, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e o Tribunal de Contas da União (TCU) vai discutir amanhã a fiscalização das obras programadas e reajustes na tarifa do pedágio da BR-101.

O próximo aumento anual está programado para quinta-feira, quando a concessão da Eco101 completa mais um ano. Entretanto, após denúncias de atrasos no cronograma de duplicação das pistas, a comissão vai se reunir para ouvir a ANTT e o TCU.

“Queremos que o TCU e a ANTT abram as planilhas para que a gen-

te entenda e lute por um aumento proporcional às obras”, explicou o deputado federal e presidente da comissão, Marcus Vicente.

KADIDJA FERNANDES-07/03/2017



BR-101: reunião acontece amanhã